

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO HISTÓRIA

Catiuscia Alves Reynaud

Mulheres no Chile

Entre memórias esquecidas e memórias fortalecidas. A luta das mulheres contra o movimento político de apagamento dos rastros da ditadura militar.

Florianópolis

2019

Catiuscia Alves Reynaud

Mulheres no Chile

Entre memórias esquecidas e memórias fortalecidas. A luta das mulheres contra o movimento político de apagamento dos rastros da ditadura militar.

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel e Licenciado em História

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joana Maria Pedro

Florianópolis

2019

Reynaud, Catiúscia Alves

Mulheres no Chile Entre memórias esquecidas e memórias fortalecidas. A luta das mulheres contra o movimento político de apagamento dos rastros da ditadura militar. Trabalho / Catiúscia Alves Reynaud ; orientadora, Joana Maria Pedro, 2020.

86 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. História. 2. Ditadura no Chile. 3. Resistência das mulheres. 4. Memórias, silênciamentos. 5. Feminismos. I. Pedro, Joana Maria. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às catorze horas, no LEGH do Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof.^a Joana Maria Pedro (Orientadora e Presidente); Prof.^a Talita Gonçalves Medeiros (Titular); Prof.^a Cristina Scheibe Wolff (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº102/HST/CFH/2019, a fim de argüirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Catiuscia Alves Reynaud**, intitulado: **“Entre memórias esquecidas e memórias fortalecidas. A luta das mulheres contra o movimento político de apagamento dos rastros da ditadura militar”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof.^a Joana Maria Pedro, nota 8,5, Prof.^a Talita Gonçalves Medeiros, nota 8,5, Prof.^a Cristina Scheibe Wolff, nota →, sendo a acadêmica aprovada com a nota final 8,5. A acadêmica deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 20 de fevereiro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2019.

Prof.^a Joana Maria Pedro (Orientadora): Joana Maria Pedro

Prof.^a Talita Gonçalves Medeiros (Titular): Talita Gonçalves Medeiros

Prof.^a Cristina Scheibe Wolff (Suplente):

Catiuscia Alves Reynaud (Candidata): Catiuscia Alves Reynaud



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Catiúscia Alves Reynaud, matrícula n.º 16250471, entregou a versão final de seu TCC cujo título é

Mulheres no Chile. Entre memórias esquecidas e memórias fortalecidas. A luta das mulheres contra o movimento político de apagamento dos rastros da ditadura militar.

com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 18 de Fevereiro de 2020

Assinatura manuscrita do orientador, que parece ser "Joana Maria Pedra".

Orientador(a)

Este trabalho é dedicado ao meu lindo e querido filho, por ter compreendido a ausência da mamãe em alguns momentos para os estudos. Davi meu filho a mãe te ama.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, em especial aos professores e servidores do curso e departamento de História. Obrigada a todos e todas pelo conhecimento compartilhado e aprendizagem construída ao longo desses quatro anos e meio. Em especial gostaria de agradecer a minha professora e orientadora Joana Maria Pedro por toda compreensão, carinho, tempo e diálogos. Essa pesquisa só foi possível pela orientação e dedicação dela; obrigada professora Joana. Foi uma jornada especial na minha vida, com certeza saio outra pessoa desse curso e dedico a você esta minha monografia, pelo teu exemplo de mulher, pesquisadora, professora, estudante e amiga. Mais uma vez obrigada por toda dedicação que tens com os teus alunos, alunas e orientandos, orientandas. Gostaria também de agradecer ao LEGH, Laboratório de Estudos de Gênero e História por me disponibilizar as fontes que trabalhei e muitos dos livros que utilizei para compor esta pesquisa.

Quero dedicar algumas palavras aos meus queridos amigos e colegas de curso, que fizeram parte da minha história acadêmica. Agradeço ao Marko, pelas inúmeras vezes que me ajudou a formatar muitos dos meus trabalhos acadêmicos, incluindo este, além de bons momentos passados juntos. Agradeço a minha querida e amada amiga Larissa pelos vários momentos de conversas, trocas de experiências e risadas. Agradeço a companhia da Vitória na jornada do estágio e a minha querida amiga e colega Horrana por muitas risadas e momentos de descontração.

Agora sim, agradecerei as pessoas mais importantes da minha vida que foram fundamentais para esse momento acontecer. Obrigada ao meu lindo e amado namorado, marido, amante, amigo e companheiro Tiago. Eu te amo muito meu amor, obrigada por fazer parte dessa história. Agradeço ao meu amado filho, Davi a mãe te ama muito! Todos os momentos que precisei me ausentar, eles foram tão compreensíveis comigo e me apoiaram, amo muito esses dois homens da minha vida. Quero registrar um agradecimento muito especial a minha mãe Isabel que por muitas e muitas vezes ficou cuidando do meu filho para que eu pudesse estudar. Obrigada Mãe! Agora estendo os meus agradecimentos a toda a minha família. Obrigada por tudo e amo muito todos vocês!

A participação das mulheres, individual e coletivamente, ocorre em todos os tempos e circunstâncias, no entanto estão ausentes das páginas da história oficial e por isso sua visibilidade é um desafio contínuo. (CONTRERAS, 2017)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar os usos das memórias de mulheres militantes chilenas no pós-ditadura. Compreender suas trajetórias e o contexto político do Chile, entender o que foi o projeto político de esquecimento e como ele afetou a vida dessas mulheres. Tencionar as relações entre memória, política, esquecimento, gênero e identidade na tentativa de evidenciar os diferentes momentos experimentados por elas e as relações de poder. Momentos de tentativa de apagamento dos rastros da ditadura, no qual as memórias das mulheres foram marginalizadas, e o momento em que se pôde lembrar e testemunhar. A partir de análises de entrevistas e de relatos de livros, farei uma discussão e intersecção com o gênero, como uma categoria de análise histórica. As fontes principais são entrevistas com mulheres e bibliografia.

Palavras-chave: Mulheres; Memória; Ditadura; Gênero; Silenciamento.

ABSTRACT

The aim of this paper is to investigate the uses of the memories of Chilean militant women in the post-dictatorship. Understand their trajectories and the political context of Chile, understand what was the political project of forgetting and how it affected the lives of these women. To intend the relations between memory, politics, forgetfulness, gender and identity in an attempt to highlight the different moments experienced by them and the power relations. Moments of attempted erasure of the dictatorship's tracks, in which women's memories were marginalized, and the moment when they could remember and witness. From interview analysis and book reports, I will make a discussion and intersection with gender as a category of historical analysis, all sources being interviews with women.

Keywords: Women; Memory; Dictatorship; Gender; Silencing.

SUMÁRIO

Introdução	p. 10
 Capítulo 1: Memórias manipuladas: o esquecimento como condicionalidade da redemocratização.	
1.1 Fim da ditadura militar no Chile e o projeto do esquecimento.....	p. 23
1.2 Mulheres na redemocratização.....	p. 32
1.3 Memórias esquecidas, memórias enfraquecidas: um debate teórico.....	p. 43
 Capítulo 2: Não deixar esquecer: a coletividade no fortalecimento de memórias.	
2.1 Memórias de mulheres: a coletividade e as conscientizações de lutas.....	p. 51
2.2 Identidade e gênero: relações de apropriações e teorias.....	p. 68
 Conclusão	p. 78
Referências Bibliográficas	p. 83

INTRODUÇÃO

Minha inclinação para os estudos de gênero começou um pouco depois do processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016. O golpe político que se configurou e se mascarou em um ato constitucional, na realidade extrapolou todos os poderes legais deste país. A maneira pela qual este processo foi conduzido e representado nas mídias foi de tamanha crueldade e total desrespeito. A imagem da então presidenta Dilma circulava pelas mais diversas mídias, de maneira vexatória e criminosa, sem precedentes. A diferença é que era uma mulher no poder! A intenção era de total humilhação e ridicularizar sua imagem da maneira mais diversa possível. Hipersexualizada nas imagens e memes¹ da internet, Dilma teve um tratamento diferente em todo o processo que envolveu seu impeachment. Diferente no sentido em que não se respeitou as barreiras da Dilma presidenta e da Dilma mulher “pessoa não pública”, diferente também e principalmente por, desrespeitá-la pelo seu gênero.

Nesse momento percebi a gravidade do preconceito e o nível da misoginia neste país. É urgente que falemos de gênero, é urgente estudarmos gênero e nesse sentido tive uma maior aproximação dos estudos de gênero, através da Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro, a qual é orientadora do projeto “*Os feminismos e as possibilidades democráticas para as mulheres no Cone Sul (1982-2012)*”, projeto que participo como bolsista voluntária do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Santa Catarina. Os encontros de estudos do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC também contribuíram significativamente para a minha pesquisa, sendo que as fontes que eu utilizei, foram disponibilizadas pelo LEGH, de seu acervo documental.

As fontes que utilizei para essa monografia foram vinte entrevistas com mulheres chilenas. Dentre as entrevistas, dezesseis delas foram realizadas e disponibilizadas pelo LEGH dentro do projeto “Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)” as professoras, pesquisadoras e organizadoras que estão à frente deste projeto são: Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro, Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff e a Prof^a Dr^a Janine Gomes da Silva.

¹ Termo que tem origem na palavra grega “Mimeses” que significa imitação. Adaptação do termo é muito utilizada na internet para descrever um fenômeno de viralização de uma informação e/ou imagens, dentre outras coisas.

As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2007 e 2013 e suas temáticas são: Chile, militância, MIR, feminismos, exílio, e resistências à ditadura.

Outra fonte que utilizo é o livro da autora chilena Tamara Vidaurrazaga Aranguiz “*Mujeres en Rojo y Negro: memoria de tres mujeres miristas (1971-1990)*” Este livro traz relatos de experiências de três mulheres que viveram e militaram no contexto político e social antes, durante e depois da ditadura no Chile. Arinda Ojeda, Cristina Chacaltana e Soledad Aránguiz, mulheres que contam suas experiências, tanto na vida pública e política, quanto em suas vidas privadas e amorosas. Essas entrevistas foram realizadas entre os anos de 2002 e 2003. As análises dessas entrevistas tiveram o enfoque em gênero e sua cronologia é de 1971 até 1990.

A intenção desta minha pesquisa é analisar e pensar no contexto de pós-ditadura militar, os movimentos políticos da redemocratização e a manipulação da memória coletiva e individual das mulheres chilenas.

A perspectiva teórico-metodológica que pretendo seguir irá discutir categorias como: Memória, feminismo e gênero e o método historiográfico que utilizo nessa abordagem de pesquisa é a História Oral. Nesse sentido irei abordar resumidamente alguns aspectos importantes e relevantes de cada um.

História Oral segundo argumenta Alejandra Oberti (2006), tem uma perspectiva que busca compreender o “outro”, o outro enquanto sujeito da História, o método desenvolvido na História Oral que compreende a narrativa e o testemunho do outro, centralizado no diálogo estabelecido através da linguística, surgiu muito na contra mão da historiografia tradicional, que por muito tempo delimitou as fontes e os métodos historiográficos. A História Oral desponta com a intenção de dar vozes aos que por muito tempo ficaram no esquecimento e nessa perspectiva a relação dos envolvidos também são diferentes, há um maior envolvimento entre a testemunha e o entrevistador. No sentido em que envolve uma sensibilidade entre um e o outro, essa relação também se diferencia dos métodos tradicionais utilizados na historiografia tradicional, a relação do historiador com sua fonte. Pensar no fato, de pesquisar as memórias de mulheres chilenas através de seus testemunhos, que elas contaram de si mesmas é também tencionarmos com as categorias chaves. Com estes testemunhos de mulheres, foi possível entrar em contato com

experiências que por muito tempo se pretendeu manter caladas e esquecidas “proyecto de olvido”² no Chile, no pós-ditadura. Dar ouvidos e destinar a elas, uma pesquisa é dar espaços de fala para pessoas (mulheres) sujeitos que viveram essas memórias e podem nos contar experiências que a História Oficial do Chile não contou. Muitas vezes essas vozes trazem elementos que possibilitam ressignificar as Histórias.

A memória no sentido social como aponta a autora Elizabeth Jelin (2002). Segundo a autora, “(...) *como categoría social a la que se refieren (u omiten) los actores sociales, su uso (abuso, ausencia) social y político, y las conceptualizaciones y creencias del sentido común.*”³ A memória no campo de disputa de poder e a relação de gênero para compreender as mulheres e suas ressignificações do passado, através de seus relatos, testemunhos. A partir das fontes, tencionar o olhar para a memória “feminina” e o lugar que foi destinado a ela.

A memória será tencionada e articulada com outra categoria, o Gênero. Dentro desse debate teórico-metodológico a autora Joan Scott terá um espaço significativo para entender as relações de gênero que ela estudou e pesquisou. Ela menciona como que por muito tempo os estudos direcionados as mulheres, tinham um caráter embasado na natureza e nos estudos biológicos, mas ela rebate argumentando que gênero é algo construído socialmente e historicamente e que as mulheres por muito tempo foram apagadas da História, e a elas se destinou a “história das mulheres”, inevitavelmente as separando dos homens e de uma História Tradicional. Scott alerta para o desafio de analisar teoricamente uma experiência “feminina” junto com a “masculina”, juntando-as, tanto no passado quanto na prática historiográfica do presente.⁴

Para trabalhar com a categoria feminismo, utilizarei o livro “50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” das organizadoras Eva Blay e Lúcia Avelar (2017). Este livro permite pensar os movimentos feministas e as trajetórias das mulheres no contexto do Chile, trazendo uma cronologia do feminismo no país, a obra ainda discutiu os

² Projeto do esquecimentos faz referência a um programa político adotado na redemocratização do Chile, a partir dos anos 90, onde se pretendia esquecer e/ou não falar das atrocidades cometidas durante a ditadura no país.

³ JELIN, Elizabeth. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memoria? In: JELIN, Elizabeth. Trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI, 2002. p. 17.

⁴ SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.” Educação e Realidade. 20(2), jul-dez, 1995, p. 74.

desdobramentos e as possibilidades do feminismo hoje, na nossa contemporaneidade. Outro livro importante para compor esse quadro analítico é o livro, “Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul” das organizadoras Prof^a Dr^a Joana Maria Pedro e Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff (2011)⁵, que é uma obra de análise comparativa que pesquisou as ditaduras militares nos países do Cone Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Um artigo bem interessante para minha pesquisa, e que faz parte do livro citado, é o da Pr^a Dr^a Joana Maria Pedro, “Narrativas do Feminismo em Países do Cone Sul (1960 – 1989)”⁶ auxilia a compreensão desses movimentos feministas e as diferentes apropriações de cada país no Cone Sul. Joana Maria Pedro percebeu as relações diretas entre os movimentos de mulheres nos países do Cone Sul, com o feminismo da chamada “Segunda Onda” que aconteceu na Europa ocidental e nos Estados Unidos. Cada país teve uma movimentação e repercussão destes feminismos diferentes. De maneira que as mulheres e os grupos feministas ressignificavam suas pautas e teorias, de acordo com suas experiências de vida, suas lutas sociais e políticas. Este artigo em especial, explica cada país do Cone Sul e suas respectivas ditaduras, traz informações das pessoas que foram entrevistadas ao longo do projeto. A Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff escreveu o artigo “O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura” que também está neste livro e foi bastante significativo na minha pesquisa. Ela fez uma análise do gênero nos movimentos e partidos de esquerda, dentro dos países do Cone Sul, a partir dessa análise comparativa, ela procurou evidenciar algumas trajetórias de mulheres através de seus relatos que trazem indícios das hierarquias nas relações de gênero. Não só as hierarquias, mas muitas barreiras que as mulheres da esquerda encontraram durante suas militâncias e resistências.

Dando continuidade na pesquisa, é necessário voltar ao período da ditadura para compreender algumas de suas características e seus acontecimentos. A ditadura militar no Chile teve seu início no dia 11 de setembro de 1973. Uma manhã triste e emblemática, quando as Forças Armadas atacaram o Palácio do Governo em Santiago, o Palácio de “La Moneda”. Cercaram por céus e terras, o que resultou na destruição do prédio físico, no fuzilamento de pessoas que lá estavam e trabalhavam e também no suicídio do então

⁵ PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). Gênero, feminismo e ditaduras no cone sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

⁶ PEDRO; WOLFF, 2010.

presidente do Chile, Salvador Allende. Allende, que foi eleito democraticamente à presidência pelo Partido Socialista Chileno e representava uma inédita mudança no país, era o projeto pela via democrática e pacífica de construir o socialismo. O primeiro presidente marxista a ser eleito na América Latina, com exceção de Cuba, onde Fidel Castro foi eleito Primeiro Ministro no ano de 1959. Mas o sonho de um país mais igual estava fadado ao fracasso. Quando se pensa em toda a organização dos Estados Unidos na conspiração contra os governos Latino Americanos, que por algum motivo desviassem de seus próprios interesses, e tentassem implementar qualquer forma de governo que se aproximasse de uma administração mais independente e igualitária, estariam condenados ao fracasso. Em plena Guerra Fria e depois da Revolução Cubana 1959, qualquer país da América Latina que apresentasse mudanças políticas, econômicas e sociais, virava alvo da CIA e da saga contra o comunismo. Samuel Pinheiro Guimarães no prefácio do livro “Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende (1970-1973)” de Moniz Bandeira (2008) enfatiza a política intervencionista dos Estados Unidos no Chile. Palavras do autor:

Apesar de sua reduzida dimensão e importância econômica, os Estados Unidos compreenderam o impacto político e estratégico do eventual sucesso de um governo socialista no Chile. Assim, antes mesmo da eleição de Salvador Allende, como revelam os documentos americanos até recentemente secretos a que Moniz Bandeira teve acesso, começaram a articular a derrubada do futuro governo, através do financiamento da oposição chilena, dos meios de comunicação, do treinamento militar dos grupos de extrema direita, do corte de acesso a empréstimos de organismos internacionais, de campanha difamatória na imprensa internacional e na imprensa dos países da América do Sul.⁷

O Golpe de Estado se consolidou no Chile e o general Augusto José Ramón Pinochet Ugarte, mais conhecido como Pinochet, deu início há uma ditadura terrivelmente sangrenta e opressora. A esquerda política no Chile não teve chances de reagir naquele momento. Moniz Bandeira destaca a brutalidade do ataque das Forças Armadas chilena. Palavras do autor:

Depois do ataque aéreo, com aviões e helicópteros, os carros de combate e a artilharia continuaram a destruição dos focos de resistência, até que foi desencadeada a ofensiva final, com a infantaria do Exército, fuzileiros navais e contingentes da FACH. Por volta da 14h30 as tropas de assalto tomaram finalmente La Moneda. [...] A esquerda chilena foi surpreendida ante a rápida e contundente ofensiva das Forças Armadas, tanto assim que todos os serviços

⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende 1970-1973. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 24.

essenciais (água, eletricidade, telefones) estavam a funcionar, normalmente, e foram ocupados pelos militares, logo que o dia amanheceu, sem qualquer dificuldade. [...] E as Forças Armadas trataram de esmagar o mais rapidamente possível, com uma violência inaudita, qualquer tentativa de resistência e infundir o medo na população, sobretudo nas camadas proletárias que viviam nas *poblaciones callampas*. Depois do caos, o terror.⁸

Durante os dezessete anos de ditadura no Chile, o General Augusto Pinochet liderou sem nenhuma sucessão o país e implementou mudanças radicais em todos os setores.

Após a derrubada do governo Allende, os Estados Unidos se empenharam em cooperar com a ditadura civil-militar de Augusto Pinochet na implantação de um modelo econômico neoliberal, de abertura comercial e financeira, de desestatização, de restrição às atividades dos sindicatos e que viesse a integrar a economia chilena à economia americana. O Chile foi um dos primeiros países a implantar políticas neoliberais na América do Sul e no mundo subdesenvolvido em geral. De país pioneiro na implantação por via eleitoral e pacífica do socialismo, o Chile se transformou em país pioneiro na implantação do neoliberalismo, a forma radical e selvagem do capitalismo moderno, através de um regime ditatorial e sanguinário. [...] O governo de Augusto Pinochet reverteu a reforma agrária; privatizou todas as empresas que haviam sofrido intervenção e controle operário; implantou uma tarifa aduaneira externa uniforme e baixa; privatizou as empresas de capital estatal; desregulamentou o mercado de trabalho e privatizou os sistemas de previdência social, de saúde e de educação.⁹

Os efeitos dessas mudanças foram sentidos por toda a população, principalmente para as militantes do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario) que viveram na clandestinidade dentro de seu próprio país. Nos relatos das mulheres militantes que lutaram contra a ditadura, houve as dificuldades mais diversas por elas enfrentadas, em alguns relatos percebemos muitas semelhanças nas experiências vividas. Muitas tiveram que fugir do país e se exilar, algumas foram para a Europa, Estados Unidos, outras foram presas e torturadas e algumas passaram por todas essas situações. As experiências deste período deixaram marcas e significados em suas vidas. As lembranças guardadas em suas memórias é o que aqui me interessa pensar. A memória “oficial” do Chile não contou o que uma minoria experimentou e viveu. Nesse sentido, as ressignificações das mulheres miristas e militantes, deste passado ainda tão presente, remonta a um tempo de esquecimento, de enfraquecimento de memórias. Importante ressaltar que mulheres miristas, são mulheres

⁸ BANDEIRA, 2008; op. Cit., p. 550.

⁹ BUTLER, 2003; op. Cit., p. 26-27.

que fizeram parte do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario), movimento político que fez oposição à ditadura de Pinochet e lutou pela redemocratização no Chile. Tamara Aránguiz argumenta sobre o projeto político de esquecimento no pós-ditadura. Palavras da autora:

Primero, al romper con la amnesia en nuestro país, tras el trauma de la dictadura y las políticas de olvido impuestas por una transición pactada ya la historia oficial, que se han esmerado en prescindir de los proyectos reprimidos por la dictadura, ideales que hasta hoy ponen en peligro la consolidación del modelo político, económico y valórico que heredamos Del gobierno militar.¹⁰

Essa monografia apresenta uma divisão temporal, onde se percebe diferentes momentos e atores. O primeiro momento analisado é o no pós-ditadura e o retorno da democracia, o começo dos anos 90. O interesse é perceber que neste contexto político houve algumas estratégias políticas e sociais para consolidar a então democracia, que retornava ao país, após os longos anos de ditadura. Nessas estratégias se configurou uma memória oficial do passado, e nessa configuração, muitas outras memórias tiveram que ser sistematicamente “apagadas” ou enfraquecidas. Essa memória oficial foi legitimada por pessoas, que, de alguma maneira possuem vínculos privilegiados em órgãos do governo e estão em posições mais visíveis e acessíveis no que tange a construção de uma história “oficial”.¹¹

De maneira que é preciso pensar nas outras memórias, e o que elas têm a dizer do passado. As experiências vividas pelas mulheres que militaram nos movimentos e partidos de esquerda apresentam memórias e relatos de uma resignificação da ditadura. Uma resignificação “não oficial”, que diz muito daquele regime brutal. Essas memórias falam coisas que a memória oficial esqueceu e apagou. Compreender os diferentes atores deste contexto, a tentativa de apagamento e o silenciamento provocado por homens, agentes políticos. De maneira que nos leva a tencionar o esquecimento como moeda de troca para a redemocratização no Chile. Rastros desse período histórico que se deve esquecer ou apagar! E o que precisa lembrar? Potencializando fatos do passado para minimizar projetos no presente. São as rupturas e continuidades que por muitas vezes se embaralham numa

¹⁰ ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas 1971-1990*: Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda y Soledad Aránguiz. Buenos Aires: Ediciones América Libre, 2007, p. 17.

¹¹ BUTLER, 2003; op. Cit., p. 40.

encruzilhada. Onde a ditadura termina e começa a democracia? E quais são os resquícios da política de repressão do regime ditatorial? São algumas questões pertinentes que a autora Elizabeth Jelin trabalhou em seu livro *“Los trabajos de La memoria”* (2002) e no qual foi feito um diálogo com esses estudos, que são tão significantes para continuar o debate acerca da memória e a relação de seus usos.

Para dar sequência a esta discussão se faz necessário refletir e pensar a memória num campo teórico, ou seja, estabelecer um diálogo com autores que já fizeram e pensaram a relação da memória num espaço imagético e imaterial. Nesse caso é preciso mencionar e contextualizar o filósofo francês Paul Ricoeur, que em sua obra *“A memória, a história, o esquecimento”* (2007) traça uma relação entre história e memória. Dentro de uma perspectiva filosófica, ele discutiu a fenomenologia da memória, o sentido que damos a memória, a nossa consciência dos fenômenos mnemônicos e a hermenêutica do esquecimento. De maneira que Paul Ricoeur contribui para esse diálogo teórico, quando se pensa na memória como um único meio de acesso ao passado. E se recorre à memória, pois dela se pretende extrair a “verdade” dos fatos. Não recorreríamos à imaginação, pois ela é considerada irreal.¹² Porém mesmo a memória não significava uma verdade absoluta, ela é altamente manipulada, tanto por quem a disponibiliza, quanto pelo sujeito que a recebe.

Ricoeur traça um percurso de estudos e diálogos com outros autores, sobre os usos e abusos da memória e nesse momento trarei algumas dessas reflexões para compor e argumentar parte das discussões que este trabalho se propõe a fazer, no sentido de compreender essa memória, como um recurso ao passado. Memória essa, das mulheres militantes, passado este que é a ditadura militar de Pinochet. A construção da memória coletiva, que Paul Ricoeur também discutiu e pensou em relação à Europa, sobretudo pretendo tencionar essas memórias com os usos e abusos que foram sendo configurados, de acordo com os diferentes projetos e contextos políticos.

Para compor esse diálogo farei um paralelo com o trabalho *“Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível”* das organizadoras Stella Bresciani e Márcia Naxara (2001). Esse livro é uma coletânea de textos de diferentes autores, entre filósofos, antropólogos, historiadores, sociólogos, teóricos da literatura que pensaram o

¹² RICOEUR, Paul. "Fase documental: a memória arquivada". In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, p. 40.

tema memória e ressentimentos. São os sentimentos que envolvem ou estão enraizados nessas memórias. Esse trabalho contribui para pensar a memória e as práticas políticas. A memória como mecanismo político, no sentido da construção de uma memória ou das memórias, com os mais diversos sentimentos e os mais diversos interesses envolvidos.¹³

Compor uma relação teórica da memória é um dos objetivos nesta parte do trabalho, ao final do capítulo I, que justamente relaciona a memória e o esquecimento no contexto da redemocratização. Faz-se necessário um debate teórico sobre memória, mas, também é importante relacionar a memória com o político. Entretanto outro trabalho que se faz pertinente nessa discussão, é o trabalho de Jeanne Marie Gagnebin “Lembrar, Escrever, Esquecer” (2006). Filósofa e professora, Gagnebin reúne diferentes textos, os quais refletem a paradoxal tarefa de perceber e pensar, o exercício da memória, de se fazer lembrar e a ilusão intelectual de acumulação definitiva.¹⁴ Então, será preciso esquecer?

Algumas dessas reflexões cabem a este trabalho, no sentido de complementar diálogos, entre as memórias (lembrar), a história (escrever) e o esquecer. Esquecer, como diz Paul Ricoeur, sendo o último processo dessa trajetória.¹⁵ Cabe aqui refletir os atores e atrizes dessa trama. Pensar neste momento, quem está lembrando? Quem está escrevendo? E quem pode esquecer? São os usos da memória de Ricoeur, os sentimentos envolvidos nos cenários políticos e os atores do esquecimento, que farão o encerramento do primeiro capítulo desta monografia.

No capítulo II, a discussão se dá em outro tempo. É o tempo de não deixar esquecer. São os testemunhos na construção de memórias coletivas. Neste capítulo é de suma importância evidenciar o gênero, principalmente como uma categoria de análise, como trabalha Joan Scott. Gênero, pois são mulheres, mulheres que lembram, mulheres que testemunham, mulheres que não deixam esquecer e constroem uma coletividade. A respeito dessa coletividade farei uma relação com a identidade de gênero. Scott trabalha a construção das identidades de gênero. Ainda nessa reflexão de gênero, é preciso tencionar o olhar para as próprias compreensões das mulheres com essa categoria e relacionar com os

¹³ BRESCIANI; NAXARA, Stella; Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001, p.15.

¹⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 12.

¹⁵ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 424.

processos históricos de luta e mobilização. Para realizar esta relação entre gênero e as apropriações e discussões das mulheres no Chile, voltarei a utilizar o livro das organizadoras Eva Blay e Lúcia Avelar “50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” (2017). Este livro que é o resultado do projeto temático que possui o mesmo nome, e foi construído por pesquisadoras com um viés de um estudo comparado entre os três países. A intenção das organizadoras era avaliar as “transformações da condição de gênero”, países esses, que viveram ditaduras militares e passaram por muitos problemas parecidos. Outra característica semelhante, que talvez serviu de um recorte espacial para o projeto, é o fato dos três países iniciarem o século XXI elegendo “democraticamente”, mulheres para a presidência da República. É importante que se ressalte a via democrática das eleições, principalmente no contexto em que vivemos hoje, no Brasil.

Judith Butler (2003) trilha um caminho questionando a relação historicamente estabelecida entre a identidade e o gênero. Esse questionamento é extremamente importante para refletir essas condicionalidades que foram criadas ao longo dos séculos pelas sociedades, e de onde sai a matriz da qual se origina a “identidade” ou a “identidade de Gênero”? Butler argumenta quando questiona, “Em que medida as práticas reguladoras de formação e divisão do gênero constituem a identidade, a coerência interna do sujeito, e, a rigor, o *status* auto-idêntico da pessoa”¹⁶ O quanto essas práticas estariam constituindo e originando essas “identidades”? E será que existe uma aproximação do sujeito em sua identificação com as práticas reguladoras? Essas mesmas práticas que objetivam definir “padrões” de “identidades” sempre embasadas nas identidades de Gênero. E o gênero aqui mencionado é no sentido de sexo/gênero, são padrões e normatizações baseados em uma sexualidade e desejo sexual, ou seja, uma heterossexualidade e uma heteronormatização.¹⁷ Esses questionamentos levantam a discussão, de como à própria identidade e a construção do sujeito estão direta e intimamente relacionados ao sexo/gênero. E o mais importante, refletimos neste capítulo, o quanto se espera das mulheres uma espécie de conjunto de habilidades e comportamentos. No sentido em que, as mulheres que militaram e resistiram

¹⁶ BUTLER, 2003; op. Cit., p. 38.

¹⁷ BUTLER, 2003; op. Cit., p. 39.

durante a ditadura e fora dela, justamente estão na contra mão dessa padronização do comportamento “feminino”.

En este sentido, las historias de vida de estas mujeres no buscan rescatar las experiencias representativas de las mujeres de una generación, sino aquellas acciones que cambiaron El curso tradicional de los acontecimientos, provocando fisuras que –sumadas a las de otros y otras individuos- van conformando cambios sociales en el sistema hegemónico. Es precisamente, esas brechas que estas mujeres abrieron, sobre todo en el ámbito de las relaciones de género.¹⁸

Evidenciar algumas trajetórias de mulheres que tencionaram a discussão entre o gênero e memórias. O quanto elas se relacionam na prática da vida dessas mulheres? Extrair assim momentos em que se torna evidente essas relações. Os contatos com as correntes feministas da Europa e as teorias de gênero.

C- Você está muito bem. E... como começaste a pensar em mulher, em movimento de mulheres, feminismo? Quando?

J- Quando te tornastes feminista? *És feminista?*

X- Sou feminista.

[Risadas]

J- *Quando* te tornastes feminista e *como?* De que maneira?

X- Olha, meu primeiro contato com o feminismo foi na França.

J- Ah, sim?

X- Eu... estive na França entre os anos de 1967, 68, 69. Primeira etapa. E em 68, Maio de 68, eu tive meu primeiro filho. (J- Ah, sim.) Eu tinha [Incompreensível], estava casada com um francês. (J- Sim.) Então me aconteceu conhecer, viver, estar no movimento de 68. (J- Sim.) Acabei vendo na rua Foucault, Sartre. (J- Sim, sim.) Nesse meio tempo nascia meu filho e eu era uma latino-americana de 21 anos. (J- Sim, sim.) Depois eu voltei ao Chile no governo de Allende. (J- Ah, sim.) Estive aqui em 71, 72, 73. E em janeiro de 74 voltei à França, por razões políticas, não? (J- Sim.) E em 74 eu me aproximei... Até então do feminismo, nada, eu não sabia nada. Eu me aproximei das mulheres que estavam no LMF. (J- Ah, sim?) *Mouvement de Libération des Femmes Française* [Incompreensível]3. Porque eu tinha que fazer um aborto. (J- Sim.) E fiz um aborto por aspersão. (J- Sim, sim.). Então foi o primeiro contato com essas mulheres. E depois em 78 voltei ao Chile e me deram um lugar na FLACSO4, um escritório. E então conheci a Julieta Kirkwood. (J- Sim.) Ela estava ali, e então começamos a formar um grupo de reflexão sobre feminismo... e construímos o “Círculo de Estudios de la Mujer”.. 79, 80, 81, 82. E...

J- Isso é um boletim?

X- É um boletim.

J- Do círculo?

X- Nosotras.

J- Sim. Nosotras. *Nos...*

X- Otras.¹⁹

¹⁸ ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas 1971-1990*: Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda y Soledad Aránguiz. Buenos Aires: Ediciones América Libre, 2007, p. 45.

¹⁹ VALDÉS, Ximena. *Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no dia 28/06/2007, em Santiago, Chile. Tema: (CHILE –

No encerramento desta monografia o diálogo se dará no sentido de não vitimizar as mulheres militantes chilenas, ao ponto de diminuir suas lutas e atuações em todas as suas trajetórias e militâncias políticas. Este debate faz-se necessário na medida em que é preciso ampliar as próprias compreensões dos espaços conquistados por elas e as rupturas que elas conseguiram proporcionar. Foram momentos de perdas e conquistas, mas, sobretudo de autoconhecimento e fortalecimento de suas lutas.

Colocadas en la situación de enfrentarse solitarias ante un país desconocido, sin un proyecto vida claro, sin esposos ni familia sanguínea y a cargo de sus hijos e hijas, Arinda y Soledad cuestionaron sus relaciones de pareja, sus participaciones políticas y sus feminidades. Por su parte Cristina desarrolló su cuestionamiento al patriarcado especialmente cuando cayó detenida en la cárcel de Coronel, momento que coincidió con el asesinato de su marido en 1984. En esos períodos en que tuvieron que resolver sus crisis y organizar-se individualmente, las tres se vieron forzadas aun mayor autoconocimiento, cuestionando la manera en que El sexismo se presentaba en sus vidas. Estas crisis aceleraron desarrollos personales como resultado de La autonomía en que se encontraron inesperadamente, sobre todo en relación a sus esposos. Otro factor común a los climas de los procesos de empoderamiento feminista, son los espacios para si mismas y de desarrollo personal. A pesar de que para lograr SUS autonomías fue esencial ingresar al mundo de lo público a través del MIR, que cuando hubo más espacio para sus intimidades que las emancipaciones feministas se concretaron.²⁰

Compreender a atuação dessas mulheres dentro de diferentes momentos políticos e, sobretudo os rastros de uma ditadura militar repressiva de um modelo patriarcal, é o que me interessa pensar.

A ditadura militar chilena, assim como a brasileira, impôs uma ideologia que priorizava os moldes familiares tradicionais, marcados por um machismo exacerbado, e atribuía aos homens um papel autoritário, ressaltando o conservadorismo e o patriarcado – agravados por interpretações errôneas sobre os conceitos de valentia, sensatez e êxito social.²¹

O campo de atuação das mulheres militantes, não ficou preso aos modelos tradicionais do comportamento “feminino”. Mesmo com todo o machismo e as políticas opressoras da ditadura e do patriarcado, elas conseguiram de alguma maneira criar alternativas e diálogos, legitimando assim suas trajetórias e lutas.

identificação com o feminismo; trabalho com mulheres indígenas; maoísmo; estudos das mulheres camponeses; “Nosotras”). Página 4.

²⁰ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 291.

²¹ PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). Resistência, gênero e feminismo contra as ditaduras no cone sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 284.

O primeiro capítulo consiste em apresentar o contexto político e social da ditadura, principalmente o período da redemocratização, onde aconteceu o projeto político do esquecimento. Na sequência deste capítulo, trago as trajetórias das militantes que se organizaram em grupos e coletivos de mulheres contra a ditadura e reivindicavam o retorno da democracia. No último subcapítulo faço uma reflexão teórica sobre memória, esquecimento e perdão.

No segundo capítulo deste trabalho, apresento um pouco das trajetórias das mulheres militantes, exponho algumas lembranças do período da ditadura e relaciono com as conscientizações de lutas, os enfrentamentos das desigualdades de gênero e a coletividade entre elas. No último subcapítulo, proponho uma reflexão da categoria gênero interseccionada pela identidade, além disso, estabeleço um diálogo com as apropriações teóricas realizadas pelas próprias mulheres militantes.

Capítulo 1 – Memórias manipuladas: o esquecimento como condicionalidade da redemocratização.

1.1 Fim da ditadura militar no Chile e o projeto do esquecimento

Para iniciar este capítulo é preciso voltar um pouco no tempo, de maneira a retomar alguns aspectos do período que compreendeu a ditadura militar no Chile (1973-1990). A ditadura teve seu início no dia 11 de setembro de 1973 com o ataque ao Palácio La Moneda, sede do governo Chileno. Ataque esse executado pelas Forças Armadas do país, liderado pelo general Augusto Pinochet, que retirou do poder o presidente Salvador Allende. O primeiro presidente marxista da América Latina eleito numa democracia. Salvador Allende era do Partido Socialista Chileno e estava cumprindo seu primeiro mandato, quando foi surpreendido e cercado pelas Forças Armadas do país em um Golpe de Estado. Allende naquela manhã do dia 11 de setembro de 1973 após a invasão ao Palácio de La Moneda, no qual ele aguardava informações do levante, fora surpreendido com uma sublevação das forças armadas, que pediram sua rendição imediata. O presidente estava com alguns de seus homens, estavam com ele membros de seu partido, sua família, seus médicos, alguns policiais carabineiros que faziam a defesa do palácio entre funcionários. Allende segundo Moniz Bandeira, nos últimos momentos naquela manhã, conseguiu comunicar-se via rádio com o povo chileno. Ele falou na rádio Magalhães uma das únicas que não tinha sido tomada pelas Forças Armadas. As declarações evidenciavam sua firmeza em não se entregar aos militares. Depois de despedir-se do povo chileno, Allende foi encontrado morto embaixo de escombros no palácio. Segundo o historiador Moniz Bandeira, Allende deixou muito claro em suas mensagens ao povo, que jamais iria entregar-se e assim morreria pelo país. Segundo informações de seu médico ele teria tirado sua vida antes que os militares assim o fizessem. Seguem as palavras de Salvador Allende (2008).

“Yo no voy a renunciar. Colocado en un tránsito histórico, pagaré con mi vida la lealtad del pueblo. Y les digo que tengo la certeza que la semilla que entregáramos a la conciencia digna de miles y miles de chilenos no podrá ser segada definitivamente. Tienen la fuerza, podrán avasallarnos, pero no se

detienen los procesos sociales ni con el crimen ni con la fuerza. La Historia es nuestra y la hacen los pueblos.”²²

Moniz Bandeira reforça a informação de que Allende teria se suicidado. Seguem as palavras do autor, “suas palavras evidenciavam a intenção. Representavam a despedida de um homem que se dispunha a morrer, dignamente, no seu posto, como o comandante de uma nau que naufragava.” Em outras palavras, Moniz Bandeira relata a preocupação de Allende com as pessoas que se encontravam com ele no Palácio de La Moneda e o receio que sentia pelo povo chileno nas mãos dos militares. Palavras do autor:

Por fim, Allende, para evitar outras mortes, determinou que os militares do GAP se rendessem e todos, inclusive Payta, saíssem do palácio. “rendam-se, porque isto é um massacre”, disse. A ordem era válida para todos, menos para ele. Somente Salvador Allende, presidente constitucional do Chile, permaneceu entre os escombros, o fogo, a fumaça, as explosões e a escuridão. Ele e seu destino.²³

O onze de Setembro da América do Sul ficou registrado historicamente e principalmente nas memórias, um dos mais agressivos e sangrentos intervencionismo militar das Américas. No livro, “O longo adeus a Pinochet” (2002) Ariel Dorfman relata algumas de suas experiências e memórias da ditadura. Palavras do autor:

[...] basta visitar o Cemitério Geral de Santiago do Chile, basta visitar o Muro da Memória e começar a ler os 4 mil nomes cuidadosamente cinzelados na superfície desse monumento, homens e mulheres mortos entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, vítimas das forças de segurança que serviram ao general Augusto Pinochet. Ao lado de quase mil nomes dessas vítimas, não se vê gravada nenhuma data de falecimento. São os mortos sem sepultura, os *desaparecidos* da ditadura. Uma superfície menor do memorial permanece vazia, uniformemente lisa, como um espelho imperfeito no qual ninguém se atreve a olhar. Nem nome nem data de nascimento. Nada. Propositadamente vazia e disponível. Ainda faltam assassinatos. Quando erigiram o monumento, em 1994, quatro anos depois da redemocratização do Chile, os arquitetos e escultores sabiam que certas famílias vítimas da repressão, que antes não quiseram revelar seus sofrimentos, agora soltariam a voz. E assim foram surgindo denúncias, execuções até então desconhecidas, e lentamente foram acrescentando novos nomes ao memorial. Mas sempre haverá vítimas cujos dados jamais serão gravados na superfície desse muro.²⁴

Os Chilenos antes do golpe de estado não acreditavam nessa possibilidade, a maioria dos cidadãos e cidadãs, isso incluindo Allende, pensava que as Forças Armadas do Chile fossem legalistas, ou seja, não iriam intervir nas políticas de estado e principalmente,

²² BANDEIRA, 2008; op. Cit., p. 538.

²³ BANDEIRA, 2008; op. Cit., p. 542.

²⁴ DORFMAN, Ariel. O longo Adeus a Pinochet. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 7-8.

jamais se sobrepor a um governo eleito democraticamente. Allende no dia do ataque ao palácio La Moneda, ainda acreditava que as Forças Armadas chilenas jamais compactuariam com o levante da Marinha, organizado na cidade litorânea de Valparaíso. Allende dizia que a via chilena para o socialismo seria com “*vinos y empanadas*”. Moniz Bandeira ressalta a esperança de Allende; “Allende tinha a esperança de que o levante estivesse circunscrito à Marinha e a Valparaíso. Pensou que podia mobilizar os trabalhadores. [...] Com a esperança de que o Exército fosse leal, [...] esperando a resposta, que ele supunha fosse ‘positiva’, dos ‘soldados da pátria’”.²⁵ Não obstante o Golpe de Estado e toda a violência utilizada pelas Forças Armadas durante o golpe e na ditadura militar, Pinochet tinha um plano político para o país. A abertura para o capital estrangeiro em seu nível máximo, principalmente a parceria com os Estados Unidos, um projeto político a nível global. Era o neoliberalismo acima de tudo.

La dictadura militar que entonces se instauró implicó el comienzo de una profunda reestructuración del Estado. Más allá de la cancelación de la vigencia de la Constitución de 1925, la esencia de esta reestructuración consistió en la inserción de las FFAA en los dispositivos del poder, la eliminación de los actores sociales y políticos de centro e izquierda de las instancias estatales y el posicionamiento íntegro de estas por parte de los sectores conservadores. El Estado autoritario así conformado, además, se encargó de destruir, mediante inéditas y prolongadas cuotas de violencia, a los sujetos populares y mesocráticos. De tal modo se resolvió la pugna entre los tres proyectos globales inaugurada en los cincuenta. Se impuso el proyecto de la derecha, que devino en neoliberalismo. La reestructuración autoritaria del Estado terminó, por tanto, siendo funcional a la implementación de este proyecto global.²⁶

O Chile durante e depois da ditadura militar promoveu muitas mudanças em suas estruturas econômicas e sociais, sua política interna sofreu grandes alterações, vários setores econômicos sentiram as diferenças na abertura do capital estrangeiro, talvez pelo Chile ser um país limitado territorialmente com seus limites geográficos, muitas vezes carente de estratégias econômicas e recursos naturais. Além das fronteiras políticas, o Chile possui limites naturais, como o deserto do Atacama, a cordilheira dos Andes, ao sul a geografia do país é muito montanhosa, o que dificulta o cultivo da terra, por exemplo. De maneira que não pretendo aqui esmiuçar a geografia chilena, mas, entretanto compreender seus limites de produção

²⁵ BANDEIRA, 2008; op. Cit., p. 535.

²⁶ MÁRQUEZ, Luis Corvalán. El estado: balance de medio siglo, p. 169. In: GARCÉS; MILOS; PINTO; ROJAS; URRUTIA, M.; P.; M.; J.; M. T.; M. Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.

econômica. Mas isso não significa que o país seja de alguma maneira menos importante ou relativamente pobre, em absoluto. O Chile é o maior exportador de cobre do mundo, cerca da metade de tudo que é exportado do país é referente ao cobre. Não é de hoje o interesse internacional neste metal. Uma das mulheres chilenas que utilizo como fonte para este trabalho, relata em sua entrevista, a intervenção norte-americana e o certo monopólio Estadunidense da extração desse minério em seu país. Segue parte dos relatos de Gladys Diaz:

Eu ia caminhando para a escola e ficava fascinada diante do rio, vendo como os trabalhadores passavam de um lado para o outro. Estavam fazendo uma grande central hidroelétrica em meu povoado. Em meu povoado havia grandes obras de engenharia, porque havia muita água e muito cobre, que é a riqueza fundamental deste país. E então, olhando uma balsa que levava vários homens, passando de um lado para o outro do rio, quando de repente, na metade do rio, ela se rompeu. E caem todos esses homens e um grande motor que levavam em cima. Os engenheiros que estavam ali saem correndo e tocando um apito, dizendo “salvem o motor”. Salvaram o motor e não salvaram nenhum dos homens porque o rio era muito caudaloso e era um rio em que sempre se afogava gente. Eu diria que isso é um fato que me marca. E me marca profundamente. Eu passei, disse meu pai, semanas falando de porque não haviam salvado os homens e porque haviam salvado o motor. Que quanto custava o motor, dizem que eu perguntava, para que servia o motor. Sem dúvida que isso me traumatizou muitíssimo. Fui crescendo e crescendo e entendi o porquê das coisas. Inclusive minha memória, para titular-me foi sobre o cobre, sobre tudo o que levavam e o nada que deixavam, quando as companhias americanas eram as donas, digamos, do cobre chileno. Eu conto isso, por que foram essas coisas que me fizeram rebelde. Rebelde no colégio, com minha família, com meu pai. Saí muito cedo de casa, rompi laços com meu pai, o que ficou marcado na sua memória até hoje.²⁷

As mudanças promovidas por Pinochet durante a ditadura, não se limitou à economia e a diplomacia política com os Estados Unidos para abertura de capital estrangeiro. Foram criadas formas de controles sociais e de total repressão, houve um ataque direto aos direitos humanos. Era um governo ultraconservador que não admitia qualquer possibilidade de conviver socialmente com as diferenças, seja ela no campo político, econômico, religioso, cultural e social. A historiadora Êça Pereira Da Silva em seu livro “Araucaria de Chile (1973-1990) – a intelectualidade chilena no exílio” (2013) reflete sobre o “apagão cultural” promovido pela ditadura. A autora que pesquisou a revista chilena Araucaria durante o exílio na Europa, isso por conta da expulsão de muitas pessoas de seu próprio país, inclusive algumas dessas pessoas trabalhavam na revista e tiveram que

²⁷ DIAZ, Gladys. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no dia 06/2007, Santiago, Chile. Tema: (Chile – identificação com o feminismo, MIR, exílio, resistência à ditadura). Página 4-5.

fugir do Chile no período da ditadura e conseqüentemente a revista também teve que ser produzida fora, como é possível perceber nas palavras da autora:

Mais que lamentar o afastamento da terra pátria e o fim de um projeto de país, a *Araucaria* procurou difundir uma imagem do exílio como um lugar de reflexão e continuidade da luta política. A revista refutava a ideia do “exílio covarde”, disseminada pela esquerda que permaneceu no país lutando “in loco” contra a ditadura, procurando mostrar que a denúncia da violência política chilena no exterior a partir da mobilização política, com vistas a angariar apoio internacional para pressionar a volta do Estado de Direito no Chile, ou seja, a luta externa pela democracia, era complementar e tão importante quanto a que se travava no campo interno. Portanto, o exílio, como afirmavam vários articulistas e editorialistas, não poderia ser definido como uma derrota, mas como uma possibilidade de seguir a luta por outros meios.²⁸

Todas as pessoas que pensassem de maneira diferente e questionassem as políticas da ditadura, eram alvos de investigações por parte da Junta Militar. Membros de partidos de esquerda foram assassinados, muitos outros desapareceram e uma grande parcela de militantes teve que se exilar do país. Os militantes que permaneceram no Chile enfrentavam muitas dificuldades e passavam por perigos. Muitos viveram e militaram por algum tempo na clandestinidade.

El golpe de Estado no sólo fue un momento crucial en la vida política del país, sino que marcó un cambio radical en las existencias cotidianas de Arinda, Cristina y Soledad. La vida hasta entonces llevaba Soledad se desmoronó, así como los proyectos sociales y políticos que empezaba a construir. De pronto finalizó todo lo que se había logrado durante la Unidad Popular a nivel de organización y trabajo político.²⁹

Nos anos que se seguiu a ditadura, a desmobilização de movimentos sociais de lutas por direitos, culminou com a articulação de uma ideologia neoliberal no país. Uma grande promoção do individualismo e a meritocracia do capitalismo eram os preceitos para uma nova juventude, que por vezes, tentavam algumas maneiras de organização social.

El nuevo Estado neoliberal y autoritario ya no era aquel que aseguraba la justicia social – la cual fue abandonada en pos de las fuerzas del mercado-, sino el que aseguraba el orden y el progreso, entendido como crecimiento económico e inserción en la nueva fase del capitalismo mundial. La desvalorización de las

²⁸ SILVA, Êça Pereira Da Silva. *Araucaria de Chile: (1978-1990): A intelectualidade chilena no exílio*. 1ª Ed. São Paulo, 2013, p. 229.

²⁹ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 291.

ideologías vistas como peligrosas, redefinieron al Estado desde una óptica represiva y excluyente.³⁰

No final dos anos 80 a transição de um regime ditatorial para uma democracia, parecia ser inevitável e certa, e de fato ela aconteceu. No ano de 1988 ocorreu em Santiago do Chile o plebiscito que abriu para votação, a permanência ou não do general Augusto Pinochet no poder. Com 55,99% dos votos, o não venceu e a permanência do general estava com os dias contados. Era o fim do poder de Pinochet?

Las diferencias comienzan a agudizarse y a generar conflictos cuando en 1988 se cumple el itinerario pactado con la dictadura de llamar a plebiscito para votar Sí por la continuidad del régimen militar o No en rechazo a este. Parte importante de los partidos opositores se adscriben a este proceso y llaman a inscribirse en los registros electorales, mientras que una parte menor se opone al mismo. En términos generales, la mayoría de las feministas apoyaron en ese momento la opción de participar en ese proceso eleccionario.³¹

Mais para frente irei retomar esse questionamento. Neste momento iniciava no Chile o período de transição política, teoricamente era o fim da ditadura e o retorno da democracia. De fato esse período foi de tamanha importância para o país, para a América Latina em geral e principalmente para as mulheres. Sobretudo, quando pensamos nas pessoas que lutaram tanto para que esse momento chegasse, mas de alguma maneira continuaram as lutas em meio à democracia. As mulheres que foram principais agentes de luta pela redemocratização, algumas delas encontram-se decepcionadas na retomada da democracia.

Estas tensiones y discusiones, se mantendrán subsumidas en función del objetivo común de derrocar a la dictadura. Sin embargo, a finales de la década, cuando comienza el proceso de negociación con el régimen militar, estas diferencias se harán cada vez más explícitas. En este período, son los partidos políticos, actores tradicionales del sistema político nacional, los que retoman la conducción del movimiento político opositor. Al ser nuevamente los partidos los que monopolizan la representación y articulación de demandas e intereses sociales, se produce un efecto desmovilizador en los actores sociales y políticos no tradicionales que habían protagonizado gran parte de las luchas por reconquistar la democracia.³²

³⁰ ZÁRATE, Varónica Valdivia Ortiz de. *Democracia, Fuerzas Armadas y Estado*, p. 163. In: GARCÉS; MILOS; PINTO; ROJAS; URRUTIA, M.; P.; M.; J.; M. T.; M. Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.

³¹ TOBAR; CATALÁN; CAVIEDES. Marcela R.; Lorena G., Elizabeth G. ¿Un nuevo silencio feminista?: La transformación de un movimiento social em el Chile posdictadura. Santiago: Cuarto Propio, 2003, p. 57.

³² TOBAR, CATALÁN, CAVIEDES, 2003; op. Cit., p. 55-57.

A situação da redemocratização ainda inspirava medo e desconfiança na população. O que fazer com as marcas da ditadura? Na realidade este momento não marcava apenas o fim da ditadura, mas o quanto dela ainda permaneceria. O então presidente do senado nos governos de Pinochet foi eleito candidato às eleições presidenciais de 1989, representando a Concertación Chilena. Em 1990, Patricio Aylwin Azócar do partido Demócrata Cristão, foi o primeiro presidente eleito democraticamente, após 17 anos de ditadura militar. Mas a redemocratização teve seu preço. Pinochet e o governo militar não deixariam o poder sem antes negociarem as estratégias e as continuidades de suas reformas políticas. Nem tudo da ditadura teve seu fim em 1990.

La transición a la democracia solo fue posible, como en los treinta, cuando los militares estuvieron convencidos que su proyecto modernizador del Estado y de la sociedad no sería desarticulado por sus herederos. A diferencia de la experiencia anterior, se cuidaron de dejar seguros resguardos para su mantención. [...] Los gobiernos de la Concertación han terminado haciendo solo pequeñas modificaciones al diseño original y consolidándolo en su globalidad. [...] Así, el desafío de construir una democracia que dé cuenta de la pluralidad y la diversidad sigue pendiente. En el fondo, el dilema entre justicia, libertad y orden aún no ha sido resuelto.³³

Muitas das políticas da ditadura foram preservadas, frutos de uma intensa negociação. Muitos acordos foram criados para dar continuidades em projetos políticos militares, como por exemplo, o projeto econômico neoliberal. A estabilidade de um país precisava ser mantida, com sua economia liberal, onde muitas das estatais foram privatizadas e a abertura para o mercado externo era de suma importância. Era preciso amarrar essas políticas com as coligações partidárias que assumiriam o poder executivo do país. A constituição de 1980 também foi uma das estratégias de negociações, na maneira como as Forças Armadas no Chile continuaram com um caráter de tutela em relação ao sistema político. *“El resguardo del orden público durante los actos electorales y plebiscitarios corresponderá a las Fuerzas Armadas y Carabineros del modo que indique la ley.”* Esse é um trecho da constituição do Chile, que é vigente até hoje. Nesse sentido se torna imprescindível não falar de uma das principais estratégias promovidas no período de transição para a redemocratização, “un proyecto de olvido”. O esquecimento como condicionalidade para a democracia.

³³ ZÁRATE, 2000; op. Cit., p. 163.

Uma das preocupações da Junta Militar e do general Pinochet, era que o governo democrático desse continuidade nas mudanças feitas por eles no país, mas especialmente gostaria de ressaltar um dos pontos cruciais para entender essa transição e principalmente achar o ponto onde começa o projeto do esquecimento dos rastros da ditadura. No ano de 1978, Pinochet e a Junta Militar aprovaram uma lei da anistia, que “perdoaria” os crimes de assassinatos e outros, cometidos por civis e pelo regime militar. Essa lei tinha validade para o período que compreendia 1973 até 1978, período que foi o mais cruel em números de pessoas mortas, desaparecidas e torturadas. Começa aqui a política de esquecimento dos rastros, dos crimes e das atrocidades da ditadura.

A palavra anistia no dicionário de português tem o significado de: Perdão geral; perdão coletivo de crimes políticos. No dicionário de espanhol *amnistía* tem o significado de *indulto, piedad*, ou seja, perdão e piedade. O perdão já estava planejado por Pinochet, de maneira que todos os crimes foram simplesmente perdoados pela anistia. A organização e atuação da Junta Militar de “apagar” seus rastros tem como ponto inicial este primeiro passo, o ato político do esquecimento. “Olvido jurídico (*amnistía*) y olvido traumático (*amnesia*) no son sinónimos.”³⁴

A redemocratização foi amarrada e condicionada a um processo de reconciliação, e para reconciliar o país com a democracia, foi preciso apagar da memória as manchas de sangue que a ditadura derramou. Esse esquecimento não se limitou ao campo jurídico e político ele foi além. Entrarei nas páginas seguintes na discussão do esquecimento em sua dimensão pessoal. No livro “*Memoria para un nuevo siglo. Chile, miradas a La segunda mitad Del siglo XX*”. A autora Elizabeth Lira (2000), escreveu o capítulo “Reflexiones sobre memoria y olvido desde una perspectiva psico-histórica” ela problematiza as dimensões do projeto do esquecimento. Palavras da autora:

En estas discusiones surgen los discursos de paz social que apelan de manera recurrente al olvido de lo pasado como la única manera de lograr la paz. Este olvido tiene diversas dimensiones. El olvido personal, el olvido jurídico, la amnesia y los consensos sobre lo que hay que olvidar para lograr el olvido. Casi siempre, la tendencia ha sido asociar la paz social al desarrollo de un proceso de reconciliación.³⁵

³⁴ LIRA, Elizabeth. *Reflexiones sobre memoria y olvido desde una perspectiva psico-histórica.*, p. 68. In: GARCÉS; MILOS; PINTO; ROJAS; URRUTIA, M.; P.; M.; J.; M. T.; M. Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM, 2000.

³⁵ LIRA, 2000; op. Cit., p. 67.

Os descontentamentos com as políticas de esquecimento e perdão para os crimes da ditadura afetou a população chilena, principalmente aquelas pessoas que lutaram pela democracia durante os 17 anos que Pinochet esteve como chefe de Estado no Chile. E quando a democracia chegou se tentou apagar o passado, e o futuro parecia ser mais importante.

Diríase que una especie de amnesia consciente/inconsciente es la que actúa en buena parte de la sociedad chilena cuando se olvida lo que sucedió en dictadura, tal vez porque para estar a tono con el país hay que fijar la vista en el futuro, y dejar de estar atrapados en un pasado doloroso, donde la traición dejó un gusto amargo para la mayoría.³⁶

A memória impedida no sentido de silenciar, foi de certa maneira manipulada e forjada pelo esquecimento, a anistia como um perdão constitucional e puramente político, aproxima-se da amnésia, de modo que ambas postulam a negação das recordações e, sobretudo a manipulação dela, seja por uma patologia ou por um ato político, jurídico e/ou constitucional. Na medida em que se pressupõe o perdão, a anistia trilha o caminho contrário, a intervenção brusca das memórias, o silenciamento das lembranças e a tentativa de apagamento dos rastros da ditadura, acabam alimentando o ressentimento. O “não esquecer de esquecer” transforma o perdão em uma espécie de barganha da “paz social” na expectativa de reconciliação com o passado.³⁷

³⁶ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 35.

³⁷ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 459-460.

1.2 Mulheres na redemocratização

O movimento feminista irrompeu com força no movimento de mulheres contra a ditadura, que continuava sendo considerada uma contradição secundária. “Democracia no país e em casa” foi o lema que sintetizou nossas reivindicações.

³⁸

Para iniciar este capítulo preciso delimitar o meu recorte temporal. De maneira que nesta monografia irei analisar períodos distintos, no sentido em que a proposta é pensar no pós-ditadura, mas inevitavelmente o tempo todo voltarei a ela, pois dela são recorrentes as memórias que discutirei aqui. Essas memórias farão a ditadura estar presente em pleno período democrático. Tencionar essas lembranças é o objetivo deste trabalho, são tempos diferentes, mas que estão diretamente ligados pelas memórias e pelos esquecimentos. Para Walter Benjamin³⁹ (1987) a experiência e as formas de oralidade, na narração tradicional, vão aos poucos se perdendo dentro das sociedades modernas capitalistas. A transmissibilidade se perde por razões muitas vezes ligadas às memórias traumáticas; as grandes guerras mundiais foram o embasamento para Benjamin formular seu pensamento. Para este trabalho, é possível recorrer a Benjamin para pensar a importância da oralidade e da transmissibilidade das memórias das mulheres chilenas no pós-ditadura. Recordar memórias traumáticas é preciso para manter vivas as histórias de muitas mulheres que lutaram e sobreviveram à ditadura.

A seletividade em construir uma memória oficial e nacional no Chile, fez com que outras muitas memórias tivessem que ser silenciadas e por vezes esquecidas. O movimento político e social de redemocratização precisava superar certas heranças da ditadura. Certas, no sentido de que muitas coisas permaneceram. A luta pelos direitos humanos estava longe de terminar, isso desde Pinochet e suas políticas neoliberais. De maneira que os atores tradicionais da política chilena viram no esquecimento uma maneira simplificada e prática de lidar com as “feridas” da ditadura.

³⁸ BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 224.

³⁹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Nesse subcapítulo irei me debruçar em pesquisar a vida das mulheres que militaram e se organizaram em grupos e movimentos na redemocratização. Ao final da ditadura, em meados dos anos 80, as mulheres se uniram em torno de uma única luta, o retorno à democracia. Esses movimentos e coletivos de mulheres foram sendo organizados por mulheres feministas, militantes, estudantes, trabalhadoras, campesinas e mulheres de organizações das igrejas. Todas elas se uniram pela democracia e em meio à ditadura conseguiram com êxito espaços para lutar e reivindicar suas pautas. A partir da década de 80 as mulheres no Chile foram sistematicamente se organizando e criando grupos de lutas. Alguns grupos tinham pautas e identificações mais feministas, outros, porém não se identificavam feministas e lutavam por direitos humanos e pela democracia. Ao longo das entrevistas elas vão contando suas participações nos grupos, os nomes dado a eles, suas principais pautas entre outras coisas. Seguem trechos da entrevista de Paulina Weber:

G-...Si, ¿esas organizaciones eran todas feministas o no?

P-No eran..., mira aquí siempre se confundió el movimiento de mujeres con el movimiento feminista en esa época, la verdad que el feminismo aquí en Chile llegó en parte desde el exilio, porque en ese tiempo, digamos, los partidos de izquierda que formaban parte del movimiento social de mujeres estaban, tenían muchos prejuicios en relación al feminismo, y plantaban yo creo que en todas partes, planteaban lo mismo, que era una especie de divisionismo ideológico que hacía perder la perspectiva de los problemas reales que estaban pasando en Chile y que las mujeres se distarían en cosas que no eran tan importantes como la lucha política por recuperar la libertad y la democracia, bueno, yo en ese tiempo era militante de un partido social, del partido socialista...y pensar que justo por hacer la revolución nosotros también íbamos a ser, íbamos a recuperar, digamos, la posibilidad que la mujeres tuvieran otros..., todos sus derechos, y que esto que se vio en exilio para darme cuenta que no era automático y que las mujeres en países socialistas tenían también, también un segundo lugar dentro de la sociedad, mas atenuado pero menos..., yo estaba en Alemania oriental...⁴⁰

Em toda a América latina houve diferentes apropriações do feminismo, ou dos feminismos, no Chile não foi diferente. Desde as décadas de setenta e oitenta, começaram a emergir discussões e debates feministas, com a intenção da igualdade de gênero. Quase sempre essas correntes feministas estavam ligadas aos partidos de esquerda, ou melhor, eram principalmente pautas e reivindicações de mulheres que atuavam nesses partidos. As correntes e os movimentos feministas foram um dos principais opositores a ditadura militar e tudo o que ela representava. Por isso nos finais dos anos oitenta, aconteceu uma grande união das mulheres

⁴⁰ WEBER, Paulina. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela M. Marques no dia 03/xx/2013, em MEMCH. Tema: Dictadura en Chile; MEMCH, Organizaciones de mujeres; Feminismo. Página 4.

nos coletivos e grupos. Elas perceberam a potencialidade da coletividade e unificaram-se em prol do retorno da democracia. Alguns partidos políticos tentaram se apropriar desses coletivos de mulheres, não para assumirem suas pautas, tampouco por se identificar com elas. Mas se aproximaram na medida em que viram as potencialidades desses grupos e a visibilidade que estavam atingindo. Mesmo muitos partidos se infiltraram nas mobilizações dos grupos de mulheres e se envolveram nos movimentos, eles, porém questionavam as pautas feministas, na medida em que priorizavam a luta pela redemocratização, e as questões de gênero ficavam a margem, pois não eram consideradas prioridades.

Muitas mulheres que militavam em partidos políticos, em algum momento relatam encontrar divergências com a relevância das pautas feministas por muitos colegas homens, membros dos partidos. No sentido em que no período de ditadura e principalmente no período de transição, se criou uma espécie de pauta única e obrigatória, da qual se excluía as demais. Em outro relato, a autora Tamara Aránguiz aponta essa dualidade das mulheres miristas. Elas deveriam ser mulheres ou militantes? Como se uma coisa automaticamente excluísse a outra. Seguem as palavras da autora:

En otro sentido el abrupto divorcio que realizó el MIR entre lo que tradicionalmente entendemos como público y privado también provocó tensiones durante las militancias de estas tres mujeres. Esta escisión las hizo sentir fragmentadas y presionadas a optar por una de sus identidades: ¿Eran mujeres antes que miristas, o viceversa? Era difícil negar el género, pero al mismo tiempo parecía superfluo anteponer los problemas femeninos a la lucha de clases. Este nudo se ha reiterado en todos los movimientos y partidos políticos con participación femenina, no obstante en las luchas armadas resultó más apremiante: ¿Había tiempo en medio de tanta muerte para reflexionar sobre las especificidad de las mujeres? ⁴¹

A preocupação dessas mulheres nos grupos era em dar atenção a diferentes pautas. Elas lutaram na tentativa de incluir um grande número de mulheres, sejam elas de qualquer classe social e buscaram uma igualdade de direitos e de lugares de fala dentro dos partidos e movimentos. Uma das grandes dificuldades encontradas por elas era a desigualdade de gênero. No livro “¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura” No capítulo “Reconstruyendo la historia reciente: trayectoria del campo feminista en los años noventa” da autora Edda Gaviola, (1993), ela ressalta a importância da luta das mulheres pela igualdade de gênero dentro dos partidos. Seguem as palavras da autora:

⁴¹ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 35.

Conscientes de esta necesidad de incorporar las demandas de las mujeres en la agenda democrática, a fines de 1988 un grupo de feministas elabora el documento “Las demandas de las mujeres a la democracia”, con el objetivo de presentarlo a los partidos políticos de oposición y a las diversas organizaciones sociales y gremiales que emergían en el país. En estas demandas se consideran propuestas para cambiar la situación de las mujeres en tanto ciudadanas, madres y trabajadoras y se propone la creación de una agencia gubernamental (de nivel ministerial) especialmente dedicada a promover la equidad de género.⁴²

As organizações de mulheres foram ganhando forças, elas foram se articulando e criando grupos e coletivos de mulheres para lutar pelo retorno da democracia. No ano de 1983, em Santiago, elas foram às ruas na primeira caminhada do movimento feminista, pedindo o retorno da democracia: “Democracia agora”. Nesse período criou-se o CMD (Concertación de Mujeres por la Democracia). Elas uniram-se em prol de uma única luta, eram mulheres de vários lugares e diferentes cidades que se organizaram para um manifesto na capital chilena. Era apenas o começo das lutas e das articulações de grupos, coletivos e círculos de encontros. Neste contexto da década de 80 muitos grupos foram sendo criados, para justamente dar ouvidos a diversas mulheres e ter conhecimento das diferentes pautas e reivindicações. No livro “50 Anos De Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” das organizadoras Eva Blay e Lúcia Avelar, o capítulo “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto” (2017) a autora Eliana Largo (2017) comenta sobre alguns dos grupos e coletivos que as mulheres foram criando e organizando. Seguem trechos do capítulo.

Inúmeros coletivos e organizações se formavam no país – Casa de la Mujer, em Valparaíso; Casa de los Colores, em Concepción; Movimiento de Mujeres pobladoras (MOMUPO), em Santiago entre outros - , assim como organizações não governamentais vinculadas a partidos políticos, como o Instituto de la Mujer, fundado em 1987 por socialistas.⁴³

Outros movimentos também foram sendo criados e organizados pelas mulheres, muitos deles conseguimos observar nos relatos das mulheres que militaram e deram seus testemunhos, quando contam suas trajetórias no período que compreende o final da ditadura e o retorno da democracia. Seguem trechos da entrevista de Maria Elena Ahumada:

E-...trabaje en función de generar organizaciones de solidaridad y también de promoción de los derechos de la mujer, fundamos una, un grupo de trabajo con mujeres jóvenes que se llamaba ormiga...[...]
C-...eso, ¿ormiga en que año?

⁴² TOBAR, CATALÁN, CAVIEDES, 2003; op. Cit., p. 57.

⁴³ LARGO, Eliana. 50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto, p. 110. In: BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. Sao Paulo: EDUSP, 2017.

E-En el '78, 1, 2, 3,5 años después del golpe... '78, en el año 1979 y 80 se formo Codem...[...]

C-Yo le iba a preguntar sobre eso, ¿las mujeres del ormiga y del Codem eran feministas?

E-No..., ormiga si, y una parte del Codem era feminista, pero no había ese nivel de desarrollo teórico, para nada, ni político...[...]

E-...bueno, lo que quiero decir es que, ormiga es, ormiga era un grupo pequeño, no cierto, de reflexión, que se conecta y se encuentra con otro grupo de mujeres, entonces, en los, en el Codem hay muchas mujeres que trabajan en, en organizaciones parroquiales, en organizaciones sociales, en organizaciones poblacionales, ¿entiendes?, estudiantes, familiares de detenidos desaparecidos, ahí hay mujeres muy valientes, por ejemplo en el Codem de Concepción, el Codem de Concepción en el año 1980, 81 salía a la calle, *en las plazas* hacían obras de teatro para denunciar la desaparición forzada de personas, eh..., a mi me emociona solo pensar en todo lo que hicimos, en el año 1981 hicimos el primer encuentro nacional del Codem, encuentro nacional de mujeres.⁴⁴

No ano de 1980 ela fala que as mulheres que trabalhavam na ORMIGA (era uma revista) se juntaram com outros grupos de mulheres e criaram o CODEM (Comité para la Defensa de los Derechos de las Mujeres). Em outras entrevistas aparecem algumas outras organizações, como exemplo o MENCH (Movimiento Pro Emancipación de la Mujer Chilena). Seguem trechos da entrevista de Rosa Ferrada:

G-¿Y cómo militaste en Chile en la dictadura, como tomaste contacto con el feminismo Chileno, con el MEMCH?

R-O sea, en la dictadura, yo estuve aquí, los vi pero ese año yo no tome grandes contactos, tuve contacto con la gente del partido, con todo, pero no estuve, estuve...

G-...en derecho humanos...

R-...en derechos humanos y militando...y por eso sabia de todas las cosas que pasaban y todo...pero el...conocí a gente, conocí mucha gente que estaban haciendo pero no estuve reunidas con las feministas...

G-Si, pero ¿cuándo empezó a ser eso?

R-Empezó a ser ya cuando llego en el...el 87, 88...

G-¿Y cómo fue para tu experiencia lo que hiciste?

R-Mirá, yo llegue a trabajar al MEMCH, en una organización que eran gente, partidos de poblaciones y que estaba representada en el MEMCH que se llamaba mujer de Chile, MdC, claro entonces yo estuve trabajando así como la coordinadora, presidenta que se yo...,entonces yo...

G-Me cuenta un poquito como era esa organización, lo que era...

R-Éramos muchas, eran mujeres del partido comunista pero también había otra, también población que no eran, fundamentalmente era una organización a nivel de poblaciones, porque esto está lleno de poblaciones, Santiago, entonces, eran de diferentes ellas...y nos reuníamos, en el MEMCH teníamos una pieza, porque esta funcionaba el MEMCH siempre con dinero que venían de afuera, te conto la Paulina eso ¿no?...

G-Si... pero puede contar de nuevo...

⁴⁴ AHUMADA, Elena. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Tami Amorin e Cintia Lima, no dia 06/10/2013, em Codepu. Tema: Organismos de defensa de los derechos humanos; Dictadura militar en Chile. Página 5-8.

R-De la comunidad Europea, fueron varios años que la...

R-...que la comunidad europea financio, daba los dinero para una persona que recibía y para mantener el arriendo, toda esas cosas..., entonces, nosotros teníamos, o sea, cada organización tenía su pieza, su oficina grande, que se yo...⁴⁵

O MENCH é uma das organizações de mulheres mais antigas do Chile, ele foi criado em 1935, mas durante a ditadura o MENCH novamente foi reorganizado e renomeado MENCH 83, para diferenciá-lo do anterior de 35. Seguem trechos da entrevista de Paulina Weber, onde ela relata as diferenças entre eles:

G-¿Tú recuerdas el nombre de esos movimientos?

P-El movimiento social había qué se yo, mira, muy ligado a los partidos, porque era la expresión feminista de la política, lo que paso en Chile en la dictadura es que al no existir la posibilidad de tener cosas legales, muchos de los dirigentes políticos se parapetaron dentro de un movimiento social insipiente, y el movimiento social que se formo durante la dictadura fue el movimiento para enfrentar los problemas de sobrevivencia prácticamente frente a una dictadura brutal, las primeras organizaciones que se hicieron en esa época, fueron las organizaciones de mujeres que luchaban por los derechos humanos, que visitaban las cárceles, que visitaban los lugares de esto, que luchaban por, de detención o de...no exilio si no que de... extradición...

G-...si, para llevar los perseguidos de la...

P-...para sacarlos, visitaban a las mujeres que estaban presas, y se formo una gran red de organizaciones de mujeres muy centrada en el tema de los derechos humanos, entonces, se mezclaron en esta presentación del libro, desde la gente que venía del humanismo cristiano, del circulo de la mujer, de que se yo..., de la morada, se creó la morada en el año '83 también, entonces, se juntaron y acordaron formar una coordinación de organizaciones, coordinación a las que le pusieron MEMCH 83, el MEMCH no surgió como una organización en sí, si no que era una coordinadora de organizaciones de mujeres donde habían grupos más radicales, mas feministas, digamos, y grupos que eran mujeres políticas agrupadas para enfrentar el tema de los derechos humanos, el tema de la pérdida de derechos políticos de las mujeres, etcétera...,entonces, esa coalición, ese grupo fue la que dio origen...

P-...al MEMCH actual, y le pusieron MEMCH 83 para distinguirlo del MEMCH de los año 35, entonces, el MEMCH 83 fue una coordinación de organizaciones de mujeres que se llamo

MEMCH 83, y que se juntaron en el fondo con los postulados que están en la antología que, yo te podría hacer fotocopiar también...

P-...bueno, los tres principios fundamentales eran, la defensa de los derechos de las mujeres, la lucha por la democracia, y la solidaridad o la lucha por la paz internacional, están los principios ahí escritos, que nosotros fuimos traduciendo de otra manera, digamos, que dijimos que era la lucha por la solidaridad, en el fondo era la lucha, las relaciones internacionales que tenía el MEMCH ya a partir, porque se incorporaron muchas mujeres que venían del partido comunista,

⁴⁵ FERRADA, Rosa. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela M. Marques no dia 03/08/2010, em MEMCH. Tema: Dictadura de Pinochet; MEMCH; Feminismo. Página 19-20.

entonces para ellas era central el tema de la paz, por ejemplo, entonces bueno, ahí se formo lo que es, fue el MEMCH 83.⁴⁶

Os movimentos de mulheres ganharam tanta visibilidade e força nos anos oitenta, que no início e no decorrer da década de noventa, ao fim da ditadura militar no Chile, muitas mulheres estavam otimistas e esperançosas com a retomada da democracia. Inclusive muitas mulheres feministas acreditavam na possibilidade de mudanças mais profundas na sociedade. Mudanças no sentido de mexer em algumas estruturas do patriarcado e/ou pelo menos diminuir significativamente a desigualdade de gênero. Infelizmente não foi o que aconteceu, a ditadura teve seu fim, mas muito dela ainda permaneceu, a estrutura do patriarcado era uma das coisas que continuou fortemente na sociedade chilena.

A luta pelo retorno da democracia no Chile era a principal, porém não a única pauta e reivindicação de todos os grupos de mulheres, com o fim da ditadura, outras diferentes pautas emergiram e os problemas na redemocratização começaram a aparecer. Foram surgindo conflitos entre os próprios movimentos de mulheres e assim começaram as divergências. Dentre estes conflitos estão as diferentes vertentes e correntes do feminismo. Neste período houve uma institucionalização das pautas e das reivindicações das mulheres. O presidente Patricio Aylwin Azócar criou e institucionalizou o Servicio Nacional de La Mujer (Sernam) esse serviço absorveu parte das demandas das mulheres, no sentido de dar uma atenção a esse grupo significativo. Mas este serviço estava longe de compreender as pautas dos movimentos e incorporar na política as reivindicações das mulheres. Foi mais uma maneira de padronizar comportamentos “femininos” e controlar os movimentos feministas, controlar no sentido de barrar certas pautas consideradas mais radicais, como exemplo a liberdade sexual e o direito ao aborto. Desta maneira, com a institucionalização desse serviço e entre outros destinados às mulheres, aconteceu uma ruptura. As vertentes feministas mais radicais e as correntes de diferentes movimentos de mulheres, inclusive mulheres de grupos de igreja, romperam entre si, as últimas defendiam esses serviços institucionais e em contra partida as primeiras brigavam por reformas feministas

⁴⁶ WEBER, Paulina. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela M. Marques no dia 03/xx/2013, em MEMCH. Tema: Dictadura en Chile; MEMCH, Organizaciones de mujeres; Feminismo. Página 6-7.

autônomas, ou seja, elas faziam severas críticas ao feminismo dentro dos partidos políticos. Segundo Eliana Largo (2017) houve um silenciamento e uma censura às pautas feministas, de maneira que tudo que se afastava das orientações “familistas” era vetado.⁴⁷

Como já se viu neste trabalho, o primeiro presidente após a ditadura foi Patricio Aylwin e ele era do Partido Democrata Cristão. Isso acarretou e foi possível verificar amaneira que a fragmentação dos movimentos de mulheres e as divergências entre os feminismos se deu justamente nas diferentes pautas e nas diferentes interpretações do feminismo. O que acontece aqui é uma padronização de códigos sociais referentes às mulheres e uma extrema onda conservadora de interpretações dos estudos feministas. Como explica Eliana Largo no capítulo “50 anos de feminismo no Chile: texto e contexto” do livro “50 Anos De Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” (2017), houve uma tensão entre esses diferentes movimentos (autônomas e institucionais) e para muitas mulheres que deram seus depoimentos, essas tensões provocaram certa estagnação no feminismo chileno. No início dos anos noventa começam a surgir diferentes identificações dentro dos próprios grupos feministas, seriam subsetores de movimentos feministas maiores, como exemplo o feminismo Popular. Esse setor identitário começou nos anos oitenta, justamente com a união e a organização das “*Mujeres Pobladora*”, que são mulheres de camadas mais pobres e quase todas trabalhadoras do campo. Essas ramificações dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas se deram no sentido de pautas de identificações e reivindicações de suas posições e classes sociais. Mas o diálogo entre esses diferentes setores e entre os movimentos, muitas vezes era complexo e divergente. Algumas mulheres como exemplo, as *pobladoras*, militavam por pautas feministas e de classe sociais, por outro lado, as feministas de classe média, priorizavam as pautas de gênero.⁴⁸ Entre outros exemplos de diferentes setores feministas, está o feminismo Lésbico; o feminismo das novas gerações; as especificidades regionais.

Voltando para as trajetórias das mulheres, é preciso tencionar e identificar os elementos que aparecem em seus relatos, elementos esses que levam ao “*proyecto de*

⁴⁷ LARGO, 2017; op. Cit., p. 113.

⁴⁸ RÍOS, Marcela Tobar. Socialización política y acción colectiva: organizaciones de pobladores em Chile (1973-1993), Tesis para optar al gradode Maestría en Ciencias Sociales, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México:1994, p. 97.

olvido". Muito já se escreveu sobre o feminismo no Chile e toda a segunda onda feminista no Cone Sul, mas é importante articular esse movimento feminista e de mulheres com o projeto político da redemocratização. O projeto do esquecimento teve um impacto significativo para essas mulheres, de maneira que muitas relatam o quanto isso as afetou. Não obstante as experiências da ditadura militar, elas ainda teriam que lidar com a política do esquecimento.

Mulheres que lutaram durante toda a ditadura, lutaram nos partidos de esquerda por justiça e pela redemocratização, foram às ruas, foram torturadas, presas e muitas assassinadas. Essas mulheres foram atingidas pela segunda vez, agora em plena democracia, a tão sonhada democracia que estava sempre associada à liberdade, não fazia mais sentido. Qual o significado e a explicação de lutar por um projeto tão pactuado com os maiores criminosos do Chile? Segue um trecho da entrevista de María Pía Matta:

G-Hablaste de la memoria en ese periodo de dictadura, ¿Cómo cambio eso con la caída de Pinochet? ¿Cómo viste eso en la sociedad, en las personas, que se hablaba del periodo de dictadura...?

M-Nadie hablaba, era como un silencio total, no había, hubo, me acuerdo que con Erwin en el año '90 el informe (retist)⁴⁹ donde se reconocieron las violaciones del estado a los opositores, que fue un informe que si tu lo leías, era un informe con un valor histórico muy importante, para mi gusto demasiado tibio, liviano de lo que veníamos haciendo, te recuerdo que en Chile en el año '87, 3 años antes había desaparecidos, o sea, en el '87 fueron los últimos detenidos desaparecidos en dictadura, 5 personas de Valparaíso, en el año '86 se quemaron vivas 2 personas, en el año '85 se degollaron 3 militantes comunistas en la calle, o sea a ver, estamos hablando de un horror de una dictadura que permaneció hasta el final de una dicta...de un dictador que dio un golpe de estado y se mantuvo como comandante y jefe hasta el '97, gobernamos con la *bestia* juntos durante todos esos años, porque de pronto había cosas que no se preguntaban, cosas que no se decían, cosas que no se investigaron, por ejemplo se supo de los chuques del hijo de Pinochet, los hijos...[...] año '91 te estoy hablando, o sea, hubo intentonas de recuperar, entonces, el silencio era absoluto, en Chile se empezó a hablar de Pinochet y de la brutalidad de la dictadura en el '98, te le digo porque nosotros somos testigos, como decimos, *todo lo contrario*, nosotros teníamos un radio y la usamos, tuvimos radio para tener a las agrupaciones de ejecutados políticos, a las mujeres de esas agrupaciones, a las mujeres de los detenidos desaparecidos, nosotros hicimos memoria, si hay un recuento histórico de la memoria, de los que significaron los años de la dictadura y lo que significaron los años de la transición, en la radio [inaudible], si yo me pongo a buscar en el [inaudible] de la radio los materiales nosotros debíamos trabajar una historia, el próximo año la radio cumple 20 años, la historia de la transición en Chile, porque nosotros tenemos todo, porque nadie hizo eso que nosotros nos dedicamos a hacer, con

⁴⁹ Informe RETTIG. É um relatório final criado pela Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação. Foi entregue em 8 de fevereiro de 1991 e tinha como objetivo construir e organizar um quadro completo das violações aos direitos humanos no período que compreendeu a ditadura militar, incluindo o número de vítimas.

una tremenda convicción de que eso es lo que había que hacer..., entonces, fueron años duros.⁵⁰

A marginalização da mulher nas esferas públicas e políticas foram historicamente construídas de maneira que neste contexto não foi diferente. Em todo o período de ditadura e também na retomada da democracia as mulheres foram distanciadas da política e da atuação pública. A intenção dos “atores” tradicionais era de limitar seus espaços de atuação, delimitando a elas as esferas privadas e os domínios familiares. De tal maneira, a paradoxal institucionalização dos serviços voltados para as mulheres, nos anos em que se seguiu a redemocratização, instituía políticas públicas de atenção à mulher, conseqüentemente as incluindo nas esferas públicas, pois muitas mulheres foram trabalhar nesses locais e serviços. Mas por outro lado foi uma reafirmação dos padrões e dos códigos tradicionais da mulher e de seus “espaços” tradicionais, por isso usei “paradoxal”. Lembrome do partido que representou boa parte das negociações com Pinochet pela transição política. Não que os demais partidos não o fizessem também, de fato todos se uniram por uma “causa maior”, que era o fim da ditadura. Mas o partido que assumiu o executivo no Chile em 1990, foi o Partido da Democracia Cristã. Quando penso nos usos e abusos da memória e suas manipulações, como fala Ricoeur, assim como a legitimidade do Estado e o poder do triunfo democrático. Nesse sentido não seria estranho um chefe de estado negociar a memória e ressignificá-la de acordo com seus interesses e de seu partido?

“Chegamos ao fim da ditadura com a força e o impulso de uma experiência de muitos anos de luta, mas a “classe política” já tinha encontrado o nosso lugar e não era precisamente sentadas junto a eles na mesa de decisões”⁵¹

Neste trabalho não me inclinarei para os estudos dos diferentes partidos políticos e suas coligações, mas é interessante lembrar que retornaram à cena, ou sempre permaneceram, de alguma maneira ou de outra, os atores tradicionais políticos, ou seja, em sua grande maioria homens. Para um estudo de gênero é imprescindível que se questione as continuidades da política patriarcal e machista. São as construções e ressignificações da

⁵⁰ MATTA, María Pía. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Gabriela Marques, em Santiago, Chile. Tema: Comunicación; feminismo, Derechos. Página 7-8.

⁵¹ CONTRERAS, Sandra Palestro. Feminismo no Chile: traços de ontem e de hoje. P. 224. In: BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. 50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. Sao Paulo: EDUSP, 2017.

ditadura, numa tentativa de reestabelecer e/ou compor uma “História Oficial” do país, a partir de memórias seletivas.

Como toda narrativa, estos relatos nacionales son selectivos. Construir un conjunto de héroes implica opacar la acción de otros. Resaltar ciertos rasgos como señales de heroísmo implica silenciar otros rasgos, especialmente los errores y malos pasos de los que son definidos como héroes y deben aparecer “inmaculados” en esa historia. Una vez establecidas estas narrativas canónicas oficiales, ligadas históricamente al proceso de centralización política de la etapa de conformación de Estados nacionales, se expresan y cristalizan en los textos de historia que se transmiten en la educación formal. Al mismo tiempo, se constituyen en los blancos para intentos de reformas, revisionismos y relatos alternativos. Porque la narrativa nacional tiende a ser la de los vencedores, y habrá otros que, sea en la forma de relatos privados de transmisión oral o como prácticas de resistencia frente al poder, ofrecerán narrativas y sentidos diferentes del pasado, amenazando el consenso nacional que se pretende imponer.⁵²

Nesse sentido, quem são os heróis da história? Onde se encaixam as mulheres que muito lutaram pela democracia e contra a ditadura? Quais foram os lugares que os atores políticos tradicionais da redemocratização destinaram a elas? E elas, permaneceram nesses lugares? A História Oficial por muito tempo rejeitou e negou as memórias das mulheres, assim como suas militâncias e resistências. O projeto de esquecimento fez a manutenção dessas memórias, ou pelo menos tentou fazer. Mas elas estiveram lá, elas lutaram e conquistaram a democracia. A coletividade e a união entre elas refletiu a força que, juntas somaram. Por mais que muitos queiram minimizar suas atuações políticas, não modifica suas efetivas contribuições. De uma maneira ou de outra elas conseguiram abrir rupturas e pequenas fissuras nessa lógica patriarcal, mesmo que sejam pequenas já é um começo de uma nova caminhada.

As mulheres tampouco compactuaram com os espaços que eles destinaram a elas e outra luta começou “o não deixar esquecer”. Esse novo momento será explorado no capítulo II. Lembrando sempre que nunca se esgota um tema, em absoluto, ainda mais um tema tão intenso e rico de informações e lembranças. A cada novo dia, alguma nova informação fica-se sabendo e assim sempre podemos modificar nossos olhares da pesquisa.

⁵² JELIN, Elizabeth. Do que hablamos cuando hablamos de memoria. In. JELIN, Elizabeth. Trabajos de la memoria. Madri: Siglo XXI, 2002. P. 40-41.

1.3 Memórias esquecidas, memórias enfraquecidas: um debate teórico.

Reservei o final deste capítulo para dedicar-me à reflexão teórica do conceito de memória, no qual está sendo utilizado nesta monografia e conseqüentemente foi uma categoria de análise para esta pesquisa. Um dos autores que conduzirá parte dessas reflexões e argumentará essas narrativas é Paul Ricoeur (2007), já supracitado neste trabalho. Ele esclarece e conduz uma análise da fenomenologia da memória, de maneira que nos leva ao campo mnemônico dessa categoria. Quando se pensa em memória, quase que automaticamente relaciona-se com o passado, parece que ela é o nosso único recurso. A memória historicamente vem sendo estudada e analisada por diversos filósofos, historiadores, médicos, psiquiatras, cientista entre tantos outros. Cabe aqui delimitar a nossa análise, a categoria memória, nesta monografia, se encaixa dentro de uma operação historiográfica e, sobretudo refiro-me aos estudos da memória individual e coletiva, ou seja, são memórias de acontecimentos e rastros de uma dimensão maior, em esferas públicas e privadas, mas essa memória como objeto de estudo, ela está inserida em um nível nacional. Numa análise de memória coletiva, Ricoeur argumenta explicando que, existe a consciência individual e cada uma corresponde a sua respectiva memória, de maneira que, essa é a memória individual de cada pessoa, na memória coletiva ele diz que acontece uma intersubjetividade entre as memórias, resultando em um compilado de várias memórias. Seguem as palavras do autor:

Nessa hipótese, que transfere à intersubjetividade todo o peso da constituição das entidades coletivas, importa jamais esquecer que é por analogia apenas, e em relação à consciência individual e à sua memória, que se considera a memória coletiva como uma coletânea dos rastros deixados pelos acontecimentos que afetaram o curso da história dos grupos envolvidos, e que se lhe reconhece o poder de encenar essas lembranças comuns por ocasião de festas, ritos, celebrações públicas.⁵³

As fontes deste trabalho são testemunhos, entrevistas com vinte mulheres chilenas. De maneira que nessas entrevistas, essas mulheres falam de suas memórias do período da ditadura militar. Essas lembranças estão guardadas em suas memórias e elas as contam para quem as entrevista. Trata-se do retorno seletivo ao passado, através das recordações e do

⁵³ RICOUER, 2007; op. Cit., p. 424.

exercício de recordá-las que as memórias são ativadas em algum lugar de nosso cérebro e voltam ao presente, nas palavras de quem viu, viveu, ouviu, sentiu... A memória sempre se apresenta no singular, ela é única de cada pessoa, ninguém terá a mesma memória que o outro, o que difere são as lembranças, essa sim, Ricoeur afirma, está no plural. Em algum momento acionamos as nossas lembranças em nossa memória. Seria então a memória um mecanismo de organização sistemática de lembranças? As lembranças sempre são algo que vivemos e presenciamos, mas mesmo essas lembranças, nem todas elas estão guardadas na memória. As lembranças estão ligadas diretamente com o nível de significado que aquilo representa para cada pessoa, por exemplo: lembrança do primeiro dia na escola. Nunca nos lembraremos de tudo que vivemos na vida, é humanamente impossível. Muitas coisas não tiveram relevância e foram automaticamente descartadas, outras, porém foram “arquivadas” na memória. Mesmo assim, por vezes, temos a sensação de não nos recordarmos nitidamente do acontecido, contudo temos a impressão de já ter vivido aquela experiência. Ainda sem nos recordarmos de muitas vivências, elas não deixam de estar lá guardadas em algum lugar, por vezes conseguimos lembrar através dos sentidos, seja, um cheiro, um som, uma imagem, um toque. Parece que nesse momento aciona-se sem querer uma espécie de sensor que detecta aquela lembrança, mas está muito distante para poder visualizá-la mentalmente. Contudo é inevitável não mencionar os questionamentos da confiabilidade da memória. Ela de fato é o nosso único recurso ao passado? Por isso muitas vezes se questiona, o quanto se pode confiar ou não nela? A memória é um recurso possível e potente, e o testemunho como fonte não se torna verdade absoluta, ele é uma narrativa construída por uma pessoa ou mais, e requer tempo de recordação, de (re)construção, de organização, de luto e de narração. De maneira que as memórias passam por um processo até se constituírem testemunhos. Para Elizabeth Jelin (2002) as memórias coletivas, não são coisas únicas e prontas, ela eleva o olhar para pensar no processo das construções dessas memórias, e que em meio a estes processos existem diferentes relações, tanto de poder como políticas. Como bem disse Ricoeur: “a meu ver, importa abordar a descrição dos fenômenos mnemônicos do ponto de vista das capacidades das quais eles constituem a efetuação ‘bem-sucedida’.”⁵⁴

⁵⁴ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 40.

Já foram desenvolvidos métodos de investigação da veracidade dos fatos relatados, mas não me cabe aqui levantar essa questão. O que me interessa é pensar a partir da concepção teórica dos “usos” dessas memórias e trago memórias no plural porque justamente são de várias e diferentes mulheres. Contudo para seguir na linha dos usos da memória, preciso dialogar com a relação de poder estabelecida entre ela e o político, como cenário dessas relações e disputas.

Como já mencionei na introdução deste trabalho, pretendo nessas páginas tencionar um diálogo entre alguns autores, já citados, que fizeram e fazem trabalhos e pesquisas relacionados diretamente as análises da memória. De maneira que se fazem necessárias as intersecções da memória e de seus diversos sentidos e usos, para justamente ampliar o meu olhar e do leitor com relação ao objeto de estudos dessa pesquisa. Sem sombra de dúvidas a memória é uma categoria muito importante nesta monografia, desde seu título até a sua conclusão e é por isso que ela precisa ser explorada, com seu devido embasamento teórico. “Se torna necesario centrar la mirada sobre conflictos y disputas en la interpretación y sentido del pasado, y en el proceso por el cual algunos relatos logran desplazar a otros y convertirse en hegemónicos.”⁵⁵ A memória como argumenta Jelin (2002), muitas vezes, senão todas, está posta em um campo de batalhas, onde os atores e atrizes as conduzem pelo jogo de poder e da disputa. Nem todas as memórias serão recordadas e passadas de geração para geração “oficialmente”, ou seja, a História Oficial é altamente seletiva e, é nessa seletividade que se encontram as disputas de poder. Qual história deve ser escrita? Qual irá para os livros? É justamente na contramão que pretendo caminhar, ou seja, a História já foi escrita e dela excluíram-se muitas memórias. Entretanto a História nunca para, ela continua sendo escrita, e é nessa tentativa que se inclui quem por muito tempo esteve excluído, ou estiveram excluídas. Mas para chegar à historiografia e na escrita da memória, preciso antes esboçar algumas palavras.

Paul Ricoeur (2007) percorreu em suas análises o caminho da memória, a história e o esquecimento e nesse caminho ele fez ligações e intersecções entre eles. De modo que para pensar na memória e na memória coletiva é preciso lembrar o exercício da mesma, ou da experiência dela. A memória coletiva caracteriza-se justamente por ser vivida por mais

⁵⁵ JELIN, 2002; op. Cit., p. 40.

de uma pessoa, ou em outras palavras, são diferentes memórias de um mesmo acontecimento. Nesse momento falarei diretamente dos testemunhos, segundo Ricoeur: “Ora, como será então demonstrado, o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história.”⁵⁶ Para que a história seja efetivada, ela passa por um processo de registro. É a escrita do historiador que deixará impresso em um papel (documento) a memória de alguém. Assim, a escrita é fundamental para o processo da memória, não mais mnemônica, mas sim em seu sentido social, político e, sobretudo historiográfico. O testemunho nos leva para outra condição da memória, explicarei melhor. A memória está inscrita e sistematizada dentro de cada indivíduo em algum lugar de nosso sistema cerebral, mas essa memória pertence diretamente e até este momento a uma determinada pessoa, de maneira que ela se restringe ao indivíduo. Contudo para passar a memória para o campo historiográfico é preciso utilizar alguns mecanismos metodológicos, e é nessa articulação e intersecção que entra o testemunho. Seria o testemunho um elo entre a memória e o historiador para que se chegue a outro passo, o da memória arquivada? Não cabe aqui explicar minuciosamente cada passo da historiografia, ou como busca Paul Ricoeur uma análise filosófica da história. Cabe pensar o testemunho como método de produção de fontes historiográficas.

Para Alejandra Oberti (2006) em seu capítulo “Contarse a sí mismas. la dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70”⁵⁷ a situação da entrevista é um processo no qual damos sentido a uma determinada narrativa. De modo que ambas as partes são importantes para a efetuação da entrevista, é um momento de trocas entre o entrevistado e o entrevistador. Na sequência deste método que resultará na memória arquivada, ou melhor, dizendo o arquivo documental, é possível perceber um importante fator, o esquecimento. Não poderíamos deixar de falar dele neste capítulo, esta monografia inicia sua narrativa com a problemática do esquecimento. E o que é o esquecimento?

⁵⁶ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 41.

⁵⁷ OBERTI, Alejandra. Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los 70. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). Historia, memoria y fuentes orales. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62.

Para Platão o esquecimento começa com a escrita, quando escrevemos algo e deixamos registrado no papel e não mais na memória. Percebe-se a problemática da memória desde a antiguidade. Seria o esquecimento o maior medo e o pior inimigo da memória? Ou o esquecimento, é um processo natural dela? Chego a um ponto chave desse diálogo, não basta discutir e pensar o conceito de memória, sem compreender seu “antagônico” esquecimento.

[...] é como dano à confiabilidade da memória que o esquecimento é sentido. Dano, fraqueza, lacuna. Sob esse aspecto, a própria memória se define, pelo menos numa primeira instância, como luta contra o esquecimento. [...] Porém, ao mesmo tempo, e no mesmo movimento espontâneo, afastamos o espectro de uma memória que nada esqueceria. Consideramo-la até mesmo monstruosa.⁵⁸

Nesse desenvolvimento da relação da memória e do esquecimento, Ricoeur faz uma minuciosa análise da problemática do esquecimento, para ele entre a memória e o esquecimento, existe o que ele formulou de uma espécie de profundidade. Seria a profundidade das lembranças em diferentes níveis, presença, ausência e distância. A partir dessa problemática e também se baseando na metáfora da impressão⁵⁹ na cera Ricoeur traz as noções de rastros; rastro documental (escrito, historiográfico); rastro psíquico e o rastro cerebral. Os rastros para Ricoeur são as lembranças gravadas na memória, lembranças do passado. Para este trabalho examinarei o rastro psíquico que está ligado ao sentido, aos acontecimentos, e aos momentos profundos e impactantes para as pessoas, Ricoeur também o denominou de rastro mnésico. Para esse tipo de lembrança o autor argumenta existir um “destino da primeira forma de esquecimento” que é o apagamento dos rastros. É esse tipo de “rastro” que percebo abundantemente aparecer nas fontes que trabalho. Nesse sentido é preciso compreender também, que tipo de “esquecimento” aparece nas fontes. Será ele um “apagamento dos rastros” como argumenta Ricoeur? O projeto de esquecimento como um ato político na redemocratização tinha por objetivo “apagar” e reconciliar o país (estado/político) com a sociedade. Mas será a melhor maneira da reconciliação, o apagamento dos rastros? Na realidade que rastros são esses? Foram às inúmeras vítimas da

⁵⁸ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 424.

⁵⁹ Sócrates elabora uma espécie de fenomenologia da confusão: tomar uma coisa por outra. É para resolver este paradoxo que ele propõe a metáfora do pedaço de cera. A metáfora consiste em um pedaço de cera maleável onde imprimimos a marca de nossos anéis, ou de um objeto. A metáfora da cera conjuga as duas problemáticas, a da memória e a do esquecimento. É a presença do ausente. In: RICOEUR, Paul. op. Cit., p. 28.

ditadura e por consequência a violação total dos direitos humanos, da liberdade e de todos os direitos possíveis de um cidadão e cidadã. Será que é possível apagar um rastro dessa magnitude?

A relação entre memória e esquecimento é uma constante e conflituosa relação de disputa. A memória em sua fórmula “primitiva” não permite que o esquecimento a substitua, mas por outro lado talvez a memória não existisse se não houvesse o esquecimento. São possibilidades complexas, mas que permite trilhar um caminho aliando um ao outro. Acredito que o grande problema que envolva o esquecimento, seja ele em sua fórmula mais severa e compactuada, que é a manipulação do esquecimento e não ele em sua forma natural. Se a memória pode ser manipulada, o esquecimento da mesma maneira está vulnerável. Não obstante selecionar as memórias é preciso esquecer e apagar outras. Poderia dizer que esta é a fórmula utilizada na redemocratização no Chile. Mas volto a tencionar sobre qual tipo de esquecimento estou me referindo. Como trata Ricoeur, é o esquecimento e o apagamento dos rastros, e nesse sentido não estou me referindo ao esquecimento patológico que deixo para a neurociência analisar. Estes estudos segundo as análises de Paul Ricoeur se dão na linha da filosofia, é uma análise filosófica das funções do esquecimento e da memória. Mas o que é o apagamento dos rastros em uma análise filosófica? Se voltar aos rastros, lembro-me de um deles, o rastro psíquico (cortical/cerebral) são os rastros mnésicos, ou seja, os rastros das lembranças guardadas na memória. Essa relação dos rastros se dá em uma dialética da presença de algo já ausente. São as lembranças presentes na memória de algum momento ou um acontecimento que já está no passado e conseqüentemente ausente.⁶⁰ A relação dialética entre o presente e o ausente, seria uma materialização da imagem-lembrança, e neste caso mais especificamente seria a não materialização deste passado da lembrança. Pode ser uma das respostas para o apagamento dos rastros, a não materialização das lembranças.

De modo que, se for aplicar essa “fórmula” no “proyecto de olvido” do Chile, chegaremos a uma possibilidade. A materialização das lembranças não seria o testemunho? E se voltar para a redemocratização em meados de 1990, e pensar quem deu o testemunho da ditadura militar? Quais as pessoas que falaram sobre suas experiências? Sabe-se que não

⁶⁰ RICOUER, 2007; op. Cit., p. 428.

foram às mulheres militantes que contaram suas experiências, sabe-se também que houve uma imposição de esquecimento, antes mesmo da democracia se estabelecer novamente.

Para continuar a reflexão cabe-me aqui trazer o esquecimento em sua condicionalidade máxima, que é o perdão. A anistia propõe uma ruptura nos sistemas políticos e ela traz consigo mudanças bruscas, mas talvez o mais paradoxal seja a ideia de “paz civil”.⁶¹ Seria a melhor fórmula perdoar, para uma reconciliação ou uma reconstrução rápida e eficaz em curto prazo? Ou ela é mais uma alternativa um tanto quanto inevitável? Será que Pinochet não poderia e deveria ter tido outro tratamento com a redemocratização? Na realidade a redemocratização não o anistiou, mas sim compactuou com o perdão. Qual será a relação do perdão com o esquecimento? Quando Ricoeur (2007) argumentou que, o esquecimento é uma problemática da memória, na mesma lógica se dá a relação do perdão e o esquecimento. O perdão é sim, um problema para o esquecimento. O que se perdoa? Algo que já esqueceu? Entrar na última condicionalidade do esquecimento: o perdão, talvez seja o maior impedimento da materialização das lembranças da ditadura. O perdão poderia ser a última instância do esquecimento? Ainda na corrente do esquecimento, o perdão não concedido poderia gerar outro elemento emocional, que é o do ressentimento?

As memórias e os ressentimentos permitem fazer outras intersecções. No livro “Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível” das organizadoras Stella Bresciani e Márcia Naxara (2001), as análises se dão no sentido de pensar a memória dentro dos complexos sistemas de relação, seja nas esferas públicas e nas disputas políticas, e nas questões individuais. Vou me limitar a pensar nos ressentimentos e suas relações políticas. Assim, quando se pensa no sentido da democracia, se reflete frequentemente, na tolerância entre as pessoas. Segundo Pierre Ansart existem ideologias democráticas que definem anseios e aspirações deste regime. Seguem trechos:

(...) um dos objetivos e um dos resultados da democracia seria o de substituir as violências pela tolerância, o enfrentamento por fruto dos ódios pelo confronto de opiniões, construir espaços de diálogos e de reflexão, tendo como efeito liberar as expressões e superar os ódios através do reconhecimento das pessoas de seus direitos.⁶²

⁶¹ RICOEUR, 2007; op. Cit., p. 460.

⁶² ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos, p. 23. In: BRESCIANI; NAXARA, Stella; Márcia. Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: UNICAMP, 2001.

Seguindo esse conjunto de expectativas e das ideologias políticas relacionadas à democracia, percebe-se que uma transição de um regime a outro é um momento delicado. Estão em jogo muitos sentimentos e memórias, ainda mais quando volto à minha análise do Chile em 1990. A transição que pôs um fim na ditadura militar de Pinochet e permitiu o retorno da democracia não aconteceu de forma amigável, como eles quiseram demonstrar. Na realidade as negociações ficaram condicionadas em esquecer as atrocidades desse regime e por isso continuaram a deixar que a anistia perdoasse os criminosos. A democracia precisava substituir a violência da ditadura, mesmo que simbolicamente. Seria este o papel da democracia? A tão sonhada e árdua democracia. Qual o valor que ela nos reserva agora?

Para finalizar essa reflexa teórica, penso que, a anistia foi o pacto do silenciamento dos crimes da ditadura e o começo dos ressentimentos na democracia.

Capítulo 2: Não deixar esquecer: a coletividade no fortalecimento de memórias.

2.1 Memórias de mulheres: a coletividade e as conscientizações de lutas.

Poderia dizer que o primeiro capítulo desta monografia foi um tanto quanto dedicado ao debate acerca do esquecimento. Entretanto neste segundo capítulo me esforçarei por explorar a memória através dos testemunhos das fontes, de maneira que não pretendo relatar e descrever as lembranças por elas vividas e contadas, minha intenção é discutir a memória coletiva e partir de uma reflexão já estabelecida neste trabalho. No sentido em que a memória coletiva ela é vivida e experimentada por diferentes pessoas. A intenção deste capítulo é justamente relacionar os testemunhos com os fatos, que coletivamente sucederam-se e conseqüentemente, muitas mulheres viveram.

Se neste capítulo falarei dos testemunhos e das memórias coletivas, se torna imprescindível não falar de gênero e de toda a discussão dessa categoria por elas mesmas levantadas, de maneira que nos próprios testemunhos elas trazem o gênero como um elemento chave de suas trajetórias. Mas deixarei o gênero para aprofundar-me no próximo subcapítulo. Por hora falarei das trajetórias e das memórias da ditadura militar. Ao longo deste capítulo tentarei mostrar essa relação íntima, entre suas trajetórias de militância política e suas lutas por igualdade de gênero. Na realidade todas essas mulheres que lutaram por igualdade de gênero, não se limitaram aos espaços públicos e políticos, elas justamente questionavam esses limites estabelecidos entre uma esfera e outra. Explico-me melhor, elas lutavam por igualdade de direitos de gênero nas ruas e dentro de suas próprias casas, ou seja, as reivindicações ocupavam todos os lugares e eram destinadas para todos os espaços. As mulheres muitas vezes tiveram que se dividir entre várias jornadas de trabalho, e isso se faz presente até os dias de hoje em diferentes sociedades, principalmente nas ocidentais. Duplas e triplas jornadas de trabalho já fazem parte do cotidiano da mulher e com as mulheres chilenas não foi diferente, elas se dividiam entre os trabalhos (assalariados), trabalhos domésticos, trabalhos com os filhos, com os trabalhos políticos e a militância. Muitas delas contam que depois que saíam de seus trabalhos, voltavam para suas casas e à noite iam para os encontros dos movimentos partidários, organizações

estudantis entre outros grupos que participavam. Muitas dessas jornadas foram realizadas na clandestinidade, pois seus trabalhos “oficiais” assalariados ou de serviços públicos, não permitiriam tal envolvimento político, ainda mais sendo militância de partidos de esquerda, considerados “radicais”.

Aránguiz⁶³ (2007) trabalha com as características similares das mulheres que ela entrevistou. Características essas de experiências de vida e militância, como exemplo, a prisão, o exílio, a clandestinidade, a maternidade, a sexualidade entre outras coisas. Algumas destas temáticas, tentarei explorar neste capítulo. Nas entrevistas que utilizo como fontes, também percebi muitas similaridades nas falas dessas mulheres militantes, principalmente as mulheres miristas. Parece-me muito mais próxima as experiências entre as mulheres que militaram no MIR, se compararmos com as que militaram em movimentos da Igreja Católica, por exemplo. Poderia elencar algumas delas e tencionar sua relevância para análise que me proponho a fazer da coletividade. Para começar é preciso entender o termo “miristas” que justamente se refere às mulheres que militaram no MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionario). O MIR foi um grupo criado em 1965 no Chile por jovens, membros dos Partidos Socialista e Comunista, também militantes universitários e trabalhadores. O MIR seguia uma linha marxista e defendia a Revolução Chilena. Eles acreditavam que para o país conquistar a via socialista, teria que ser pela luta armada e pela revolução. De modo que quando falo em mulheres miristas, faço referências às mulheres que lutaram e de alguma maneira fizeram parte desse grande movimento.

O MIR conduzia boa parte das organizações e planejamentos de outros grupos e movimentos políticos, assim como a FER (Frente Estudiantil Revolucionária) e a FTR (Frente dos Trabalhadores Revolucionária). De maneira que o MIR em sua grande maioria era formado por jovens e eles começaram a se organizar com bastante força durante a Unidade Popular (UP), que foi uma coalizão entre os partidos de esquerda no Chile, com o intuito de vencer as eleições de 1970. Neste ano foi eleito como Presidente o candidato representante da UP Salvador Allende. A luta do MIR e das mulheres miristas se intensificou na campanha presidencial de 70, mas também durante os três anos do governo de Allende. Esse movimento foi um espaço de muita importância para elas, foi nele que

⁶³ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit.

muitas das trajetórias de resistências, conhecimentos, diálogos entre tantas outras possibilidades, aconteceram.

Todo lo anterior implica que el MIR fuera un espacio donde potencialmente existían brechas que posibilitaban cambios en sus militantes, y especialmente en las mujeres, al sacarlas de sus roles tradicionales y ofrecerles una idea de igualdad con sus compañeros varones, si bien en muchas ocasiones fuese sólo una ilusión de equidad, como se desprende de los relatos.⁶⁴

Mesmo com as possibilidades de mudanças e os diálogos promovidos pelas mulheres dentro do MIR, este não foi um espaço de igualdade de gênero, longe disso. Na realidade muitas delas relatam por vezes, encontrar muitas dificuldades de se expressar e dialogar dentro do movimento e com seus colegas de militância homens. O MIR era um grupo bastante fechado, suas reuniões eram realizadas clandestinamente, principalmente durante a ditadura. Seus integrantes geralmente ingressavam no movimento, por já ter uma trajetória de militância, seja em algum outro grupo ou partido. Muitas das mulheres contam que militar no MIR, era algo muito mal visto pela sociedade, por isso à militância se dava na maior parte do tempo na clandestinidade. Era uma maneira de se preservar e conservar seus trabalhos, suas profissões, já que a maioria delas trabalhava em órgãos públicos e alguns deles eram bem tradicionais.

Algumas poucas mulheres foram dirigentes do MIR, nas entrevistas, uma delas relata ter sido dirigente desse movimento. Importante ressaltar que mesmo dentro de um movimento de esquerda, os diálogos e o convívio entre homens e mulheres, não eram igualitários. Na realidade as mulheres tiveram que brigar por mais espaços dentro do MIR. Segue o trecho da entrevista de Gladys Diaz:

Então, entro no MIR, e eu o fiz com um nível de seriedade profunda, profunda. Duvido que naqueles anos alguém tenha entrado no MIR com o nível de segurança, de certeza, de convicção que eu tinha. Eu neste tempo aí eu passei a ser um quadro médio do MIR, uma dirigente média, mais perto do golpe é quando me torno membro da Direção Nacional do MIR.

C – Já com um discurso feminista...

G – Sempre fui feminista.

C – Sempre?

G – Sim... Por que... Eu nunca militei em uma organização feminista, mas em todos os lugares que militei, lutei pela recuperação da plenitude dos direitos da mulher. Fiz isso dentro do MIR, dentro da minha profissão, sempre fiz. O que acontece é que há um limite que impediu que eu passasse ao campo do feminismo para eu ser uma agitadora feminista, uma organizadora feminista, uma dirigente feminista. E o limite disso é que eu penso que a luta tem que ser feita dentro dos

⁶⁴ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 21.

homens, não é? Eu cheguei a ser uma alta dirigente do MIR, assim, ninguém me deu de presente. Eu, nesse filme que eu te falei, eu conto isso. Eu digo “eu me movi em um mundo de homens para conseguir conquistar espaços de decisão. E nesse caminhar perdi parte de minha feminilidade”. Então chegou um momento em que eu quis recuperar a minha feminilidade. E é o que eu faço ainda hoje em dia.⁶⁵

Durante a ditadura o MIR experimentou anos de terrível repressão, muitos de seus dirigentes foram assassinados, outros muitos presos e torturados, como é o caso dessa militante mirista Gladys Diaz, porém não só dela, tantas outras mulheres também sofreram com a prisão e as torturas. Seguem trechos ainda da entrevista de Gladys Diaz:

C – Quanto tempo na prisão?

G – Dois anos. De desaparecida foram três meses. Fui torturada durante três meses. Eu sou [inaudível] resistência física, não é?

Eu saí da Villa Grimaldi à prisão, já reconhecida como presa, igual aquelas fotos que há dos campos de concentração, mas igual! Era só o coró e osso, eu não tinha carne, e não foi porque não me deram comida, mas porque era tão alta a tensão a que havia sido submetida na tortura, que não assimilava nada. Era como um tubo.⁶⁶

Outra militante do MIR Margarita Iglesias, conta como entrou no MIR e o tempo em que ficou presa. Seguem trechos:

J- E como você foi parar no MIR?

M- Como fui parar no MIR; eu estava no equivalente à sétima série, já tinha 12 anos, e por decisão de meu pai e de minha mãe, fiz esse trajeto de estudos em uma escola experimental de arte no Chile.

J- Integrar o MIR significava o quê? Havia outras reuniões? Ou somente...

M- Fazia-se trabalho político em outros lugares.

J- Ah, outros lugares!

M- E de imediato, me tocou primeiro fazer trabalhos com outros estudantes, de outras zonas de Santiago, que não onde eu estava, porque nós íamos criando um núcleo, íamos conhecendo muita gente, então isso estava funcionando. E como estava funcionando, pediram a alguns de nós que fossemos a outros lugares a trabalhar.

Isso foi até o ano de 73, pouco antes do golpe, no qual me pediram para que eu deixasse esse trabalho, e começaram a trabalhar em setores da Executiva Nacional no MIR, no apoio ao trabalho que eles faziam; e estava nisso quando veio o Golpe de Estado, e eu estava designada para trabalhar com uma mulher que depois se transformou em uma [inaudível]. Nos alcançaram na sala de trabalho em seguida do golpe eu fiquei completamente deslocada e depois disso me conectei com outras pessoas que gostei por outro e terminei trabalhando no Comitê Nacional do MIR e trabalhei com eles até que fui presa, detiveram-me no ano de 75.

J- Aí você tinha quantos anos?

⁶⁵ DIAZ, Gladys. Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990). Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff no dia 06/2007, Santiago, Chile. Tema: (Chile – identificação com o feminismo, MIR, exílio, resistência à ditadura). Página 10-11.

⁶⁶ DIAZ, 2007; op. Cit., p. 12-13.

M- Quando me detiveram 17! 17 anos.

J- E quanto tempo ficou presa?

M: Estive presa, pouco.

J- O quê é pouco?

M- Quatro meses, no Centro de Tortura Clandestina, em relação ao tempo de quem ficou muitos anos, mas eu caí na força aérea, me detiveram na [incompreensível] e depois me passaram para a Casa clandestina, depois me entregaram a um advogado, e ele me tirou do Chile, mas com a condição de que eu não retornasse ao Chile. Mas isso era como um trajeto do que eu alcancei, era muito nova, então acontecem muito poucas coisas, mas no momento terminei muito ligada a Execução Nacional do MIR, estava trabalhando com ela em outros locais.⁶⁷

Quando aconteceu o golpe no dia 11 de setembro de 1973, houve uma ruptura brusca na vida dessas mulheres. Muitas relatam que tiveram que abandonar seus trabalhos e se esconder o máximo possível, para que não fossem pegadas pela Junta Militar, outras fugiram e tentaram sair do país, mas muitas mulheres acabaram sendo presas. Então aqui, aparece mais uma similaridade entre os testemunhos, que foi o período da prisão. Quase todas elas foram presas, poucas relatam não terem sido presas nesse período. Essas prisões aconteceram, pelo menos à maioria delas, logo depois do golpe. Algumas ficaram presas por anos e outras por meses. Neste período da prisão, muitas delas foram torturadas, na medida em que elas militavam e tinham um envolvimento maior ou menor nos partidos e movimentos, parecia ser a medida tomada para aplicar as torturas. Diria em outras palavras, que quanto maior fosse o “perigo” que elas representavam para a sociedade, maior seriam as suas torturas e “punições”. Aránguiz (2007) conta como foi a prisão de cada uma das três mulheres miristas que entrevistou. Seguem trechos do livro:

Soledad y Cristina pusieron fin al trabajo político clandestino que realizaban en dictadura cuando fueron detenidas en 1975. La detención de Soledad se produjo en abril, cuando la interceptó la DINA mientras ella acudía a un punto de encuentro con otro militante. [...] En el Ministerio de Obras Públicas, Cristina fue detenida junto a su pareja, con quien se casó tras salir de la cárcel. [...] Tras ser detenida por agentes de la DINA, Soledad fue llevada a los centros de tortura Venda Sexy y Villa Grimaldi. Luego pasó a Cuatro y Tres Álamos donde finalmente fue recluida durante un año. [...] Cristina pasó por los centros de tortura Venda Sexy y Villa Grimaldi. Finalmente quedó recluida en el penal de Tres Álamos, donde se produjo el primer encuentro con Soledad; con quien tendría una estrecha relación años más tarde, cuando en 1984 ambas fueron detenidas por segunda vez.⁶⁸

⁶⁷ IGLESIAS, Margarita. *Projeto Cone Sul: ditaduras, gênero e feminismos (1960-1990)*. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff, no dia 26/06/2007, em Santiago, Chile. Tema: (Chile – identificação com o feminismo, direitos humanos, MIR, exílio, resistência à ditadura). Página 9-11.

⁶⁸ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 89-91.

A prisão foi um momento para muitas, de encontro com outras militantes. Muitas passaram pelas mesmas prisões, como a Villa Grimaldi e Tres Álamos. Nos relatos conseguimos perceber que existiu entre elas uma rede de apoio, elas foram formando e organizando grupos dentro da prisão. Seja para uma dar suporte a outra, nestes momentos mais solitários e dolorosos, seja grupos de estudos ou reflexões, mas de alguma maneira elas se uniram e criaram uma rede de mulheres. Lembrando que muitas deixaram para trás os filhos, as famílias, companheiros e amigos. Na prisão elas tinham uma à outra, e assim muitas delas conseguiram manter viva a própria militância, mesmo que fosse num sentido mais imagético de fortalecimento dos seus ideais e a esperanças de saírem desses lugares com vida. Continuando com a entrevista de Gladys Diaz, quando ela fala referente a essa união entre as mulheres. Segue o trecho:

Então, quando estávamos na prisão, prisão de mulheres, eu pus em discussão o tema: a militante dentro da organização revolucionária. “Quantas, que estamos aqui e que eram dirigentes?”, e chegamos à conclusão que a maioria das que estavam ali, salvo exceções, como eu e duas ou três mais, entre cento e vinte pelo menos, haviam desenvolvido trabalhos de secretaria. De continuidade dentro da organização do papel que a sociedade destinava à mulher: enfermeira, secretária, mãe, psicóloga e cozinheira. Então levantamos e fizemos um documento, que fizemos chegar fora.

A mulher na prisão demonstrou sua tremenda capacidade organizativa, as mulheres na prisão cresceram enormemente. Era tão bem empregado o tempo, que nos faltava tempo. Eu lembro que minha mãe ia me ver e me perguntava se eu não me aborrecia, pois eu era tão enérgica, que eu gostava de fazer tanta coisa que eu devia estar entediada. Mas fazíamos tantas coisas, que eu não tinha tempo para entediar-me... Fazíamos discussões políticas, formávamos quadros, grupos de estudos de marxismo, de História, de Inglês, de Matemática, de tudo. Tínhamos oficinas laborais, eu aprendi a fazer sapatos, fazíamos ginástica, nos levantávamos muito cedo, porque na prisão é importante manter uma atividade muito alta e um interesse forte por alguma coisa, porque senão você se deprime. Estávamos separados de nossos filhos. Eu já tinha o meu filho, um único filho, e é muito duro o natal, os aniversários...⁶⁹

A prisão por elas descrita, foi algo que realmente teve muito significado em suas vidas, seja pela crueldade das agressões e das torturas, mas também pela maneira que elas conseguiram organizar-se e aproveitar estes momentos para confraternizarem entre si e continuar os trabalhos e estudos, como relata Gladys Diaz em sua entrevista.

Foi através, também, do MIR e dos partidos de esquerda, que elas tiveram contato com a luta armada, muitas delas falam que passaram por um treinamento de resistência e

⁶⁹ DIAZ, 2007; op. Cit., p. 11.

guerrilha em Cuba. Os relatos da passagem por Cuba são muito significativos, pois elas descrevem não só a experiência da guerrilha, mas também as evidências das diferenças de gênero. Soledad conta a Aránguiz que, a mulher já entrava na escola de guerrilha com desvantagens em relação aos homens, inclusive Soledad conta também que foi uma das poucas mulheres que chegaram a comandar grupos dentro da escola e que a maioria das pessoas que participavam destes treinamentos eram os homens.⁷⁰ A desvantagem da mulher em relação ao homem acontece em diversos espaços e tempos. A divisão do trabalho é afetada pela desigualdade de gênero. A autora Michelle Perrot em seu livro “Minha história das mulheres”⁷¹ (2019) faz uma análise das histórias das mulheres e a relação entre mulheres e homens, e nessa narrativa, ela traz a relação e a divisão dos trabalhos. De modo que, as mulheres quase sempre estiveram destinadas aos espaços privados de suas casas, famílias, companheiros e filhos(as). Pensar que as mulheres mesmo que em números muito menores que os homens, conseguiram ir para as guerrilhas, é uma ruptura em meio ao patriarcado estruturado do MIR.

Poucas mulheres foram para Cuba participar destes treinamentos. A passagem por Cuba foi muito importante para algumas delas, mas nem todas relatam ter ido e participado. Outro relato muito importante que evidencia a desigualdade de gênero nessa passagem por Cuba é de Margarita Iglesias, seguem trechos da entrevista dela:

M- Eu estive em Cuba, passei quase dois anos lá.

J- O quê você fez lá?

M- Fiz preparação militar de base, no exército.

J e C- Ah, sim?

M- Sim.

J- O que você aprendeu?

M- Nada. A ideia era que tivéssemos uma formação militar de base para poder incorporarmos ao Chile; aí comecei, depois da formação, foi aí o primeiro período que eu percebi que no MIR havia o problema do machismo. A propósito, tive uma gravidez casual e tive uma grande discussão com os dirigentes do MIR, e isso significou que me limitaram as possibilidades de volta ao Chile. Então minha discussão foi que, sendo eu mulher, e tendo casualmente ficando grávida, e a mim eles me sancionavam, quando eu via que havia muitos companheiros homens que engravidavam outras mulheres e eles não eram sancionados. E a mim, isso me parecia injusto, e me parecia que não era certo. Tivemos uma grande discussão. E ao mesmo tempo começou a mesclar com crítica que eu vinha fazendo, já que eu estava olhando de lá, e isso significou que eu não voltei imediatamente ao Chile, e que começamos um processo de ruptura, basicamente de minha parte, ao perceber que se impunham critérios, e o MIR começou a ter

⁷⁰ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 139.

⁷¹ PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Sao Paulo: Editoria contexto, 2019.

um processo, em que foram fechando todas as afinidades, as necessidades e fechando também a possibilidade de discussão e eu estava muito acostumada até esse momento a chegar a acordos entre o que eu achava e entre o que eles supostamente me deixavam, mas agora não tinha mais possibilidades de acordo. E eu mesma comecei a fazer um processo de afastamento não de tudo, mas [inaudível] de outros lugares e voltei a Paris (fala baixo-inaudível) e aí decidi que iria olhar por um tempo, e decidi, conheci o pai da minha filha, decidi que ia ter filhos e a terminar minha carreira e que ia olhar em outros lugares o que eu iria fazer. Segui trabalhando com o MIR, já que eu tinha essa capacidade de criar redes de apoio durante muito tempo, mas fui me retirando de responsabilidades políticas diretas e de participação direta com a política esperando voltar ao Chile, mas já não para me ligar a um projeto desse tipo, sempre ligada politicamente ao MIR, mas sem estar na proposta política do MIR, isso no ano 84/85. No ano de 1986, o MIR teve sua primeira queda importante, em termos de estratégia de revolução, e no ano 1989 se acaba definitivamente.

C- Em que ano você esteve em Cuba?

M- Nos anos de 1978/79, e aí havia uma acolhida por parte dos cubanos, justo nesse momento que se cancelava a revolução [inaudível] de guerrilheiros combatentes internacionalistas [inaudível] e havia todo um apoio solidário pelo movimento revolucionário [inaudível] e de ver que se ia colocar [incompreensível] porque havia toda uma política global para a América Latina, e nisso sentiríamos também esse apoio dos cubanos para os movimentos guerrilheiros.⁷²

Cronologicamente, depois da passagem de algumas pela prisão, e antes da experiência dos treinamentos nos grupos de guerrilha em Cuba, é preciso mencionar outro acontecimento que elas experimentaram que foi o exílio. As mulheres que não foram presas logo após o golpe, conseguiram exilar-se. Todas elas tiveram que, em algum momento, deixar seu país, a maioria foi logo depois do golpe. Porém outras poucas mulheres exilaram-se no decorrer da ditadura. O exílio é um ponto muito importante dentro dos relatos e das lembranças que elas trazem, pois foi a partir dele que muitas mulheres, senão todas se encontraram e tomaram conhecimento mais aprofundado com as discussões de gênero e as correntes feministas. Muito importante ressaltar aqui, que foi um aprofundamento das teorias feministas, pois já tinham muitas outras mulheres em todo o Cone Sul que foram pioneiras nos estudos feministas. No Chile um nome muito importante e que em quase todas as entrevistas aparece é o de Julieta Kirkwood, chilena, nascida no ano de 1936. Ela que foi uma socióloga, cientista política, ativista, militante e feminista se tornando assim uma das mulheres consideradas fundadoras dos estudos de gênero em seu país. São de extrema relevância seus estudos para as gerações posteriores e também para suas companheiras de militância e de luta.

⁷² IGLESIAS, 2007; op. Cit., p. 18-20.

As militantes do MIR também tiveram que fugir do Chile durante a ditadura e exilar-se. Essa experiência foi quase que vivida por todas elas. Umas foram para a Europa, outras para os Estados Unidos, elas tiveram que abandonar seu país para não sofrerem perseguições e punições severas. Todas elas contam como foram as suas experiências no exílio. Uma dessas experiências significativa, que aparece em quase todas as entrevistas, é o contato com grupos de mulheres e as pautas feministas. Países como França, Alemanha, Espanha, Itália, Bélgica, Bulgária, Estados Unidos, México e Brasil foram destinos dessas mulheres. Nesses países elas puderam participar e atuar em grupos e movimentos feministas. Seguem trechos da entrevista com Rosa Ferrada:

G-¿Fuiste al exilio?

R-Fui al exilio...

G-¿En qué año luego del golpe?

R-Fui en el 73...

G-¿Fuiste a donde?

R- A la República Democrática Alemana, igual que la Paulina...

G-¿En Alemania es que tomaste contacto con el feminismo o no?

R-Mira, en la RDA había mucho trabajo de la, había... una organización, una organización muy fuerte que era la de [Inaudible]...

G-... ¿que era...?

R-...era la (Duetsche Demokratische frauen), la organización de mujeres Alemanas democráticas, entonces ahí trabajaban mucho en conjunto, porque mirá, todos esos años para nosotros fueron muchos trabajos solidarios, o sea, estar, dar a conocer la situación del país tanto en la RDA, como también, afuera en todo Europa se hacían muchos encuentros, y tu sabias bueno ibas a participar en seminarios diferentes actividades...⁷³

Durante boa parte da ditadura muitas delas permaneceram exiladas, aos poucos foram regressando ao Chile, conforme as políticas repressivas iam diminuindo e perdendo forças. Elas nunca deixaram de militar contra a ditadura de Pinochet e tampouco deixaram de lutar pelos direitos humanos. O que aconteceu durante alguns anos, no período mais crítico da ditadura, foi uma fragmentação dessas mulheres, pois elas tiveram que se separar, e cada uma seguiu um caminho e um país diferente para viver, mas algumas ainda assim conseguiram se encontrar durante o exílio. A fragmentação que percebo ter acontecido, foi num pequeno período, logo depois da instauração da ditadura militar no Chile. Mas se pensar por outro aspecto houve uma fragmentação com relação ao Chile, porém elas conseguiram dar sequência em suas militâncias e resistências, longe de seu país. No exílio eu diria que o fenômeno foi ao contrário de um fragmento, mas, sim uma amplitude das

⁷³ FERRADA, 2010; op. Cit., p. 4-5.

próprias visões teóricas, tanto feministas como políticas, e muitos encontros aconteceram no exílio.

En el exilio europeo se encontraron entonces militantes del MIR asilados, expulsados luego de la prisión y unos pocos autorizados a salir por este partido. En un primer momento no se les permitió trabajar políticamente a quienes se habían asilado por lo que se organizaron grupos de apoyo.⁷⁴

A maioria delas foi exilar-se na Europa, mas algumas outras relatam terem ido para os Estados Unidos, Canadá, México, Argentina e Brasil. A questão aqui é entender como foi significativo o exílio, na relação do conhecimento dos movimentos feministas, pensando que justamente cada país experimentou, digamos, sua “onda feminista”, de maneiras diferentes e em tempos diferentes. Por exemplo, na Europa ocidental e nos Estados Unidos estava acontecendo o chamado “feminismo de segunda onda” que teve seu início após a segunda guerra mundial e justamente era um movimento que reivindicava os direitos das mulheres em relação ao seu corpo, ao prazer e contra o patriarcado.⁷⁵ É quase que unânime nos testemunhos, encontrar relatos dessas experiências com diferentes movimentos feministas, tanto nos países europeus (Alemanha, França, Espanha e Itália) como nos Estados Unidos. Essa experiência foi para elas, muito importante e significativa para as suas trajetórias, seus aprofundamentos nas teorias feministas, as participações em coletivos e grupos, contribuiu e muito para a questão organizacional e, sobretudo para suas ressignificações de si mesma e da própria categoria de gênero. Aránguiz trabalha em seu livro a influência do feminismo europeu na vida das mulheres miristas. Seguem trechos do livro:

Cuando Cristina, Arinda y Soledad vivieron exiladas en Europa desde el año '74 hasta '79, el movimiento feminista se encontraba en pleno auge. Ellas recuerdan cómo el feminismo – y otras luchas que comenzaban a darse en el viejo continente – llamaron su atención y dejaron vestigios en cada una de ellas. Cristina conoció en Francia una diversidad y tolerancia hacia diversos sectores políticos, que en Chile eran desconocidas en esa época. La emancipación de las europeas llamó particularmente su atención. [...] Soledad recuerda la influencia de las mujeres europeas, sus organizaciones y comportamientos, en las chilenas exiliadas entre las que ella se contaba. [...] Arinda vivió en Italia, una de las cunas más potentes del feminismo en los setenta, por lo que le correspondió ser testigo de las grandes manifestaciones de mujeres en Roma.⁷⁶

⁷⁴ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 109.

⁷⁵ PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismo e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115.

⁷⁶ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 118-120.

Sendo que muitas coisas mudaram na vida delas depois dessa experiência, quando elas retornam ao Chile, em diferentes momentos, mas a maioria começa a retornar ao final dos anos setenta, início dos oitenta, elas retornam com outro olhar. Mudou a maneira de resistir à ditadura, não eram somente as pautas políticas e o retorno da democracia, precisavam discutir a situação da mulher no país e elas fizeram emergir essas pautas dentro dos movimentos que foram sendo criados e organizados. Movimentos esses de mulheres que tiveram uma total relevância e importância na luta pela redemocratização. Alguns desses movimentos, já foram comentados no primeiro capítulo, mas vale reforçar esse caráter organizacional e de coletividade entre elas. Para melhor compreender essas experiências, seguem trechos da entrevista de Margarita Iglesias:

J- Em Paris você teve contato com movimento feminista lá? Havia organizações brasileiras ou latino-americanas, que fizeram organizações feministas como Danda Prado, Lúcio Guto, latino-americanas, brasileiras, chilenas se reuniam eu sei, sabemos disso, fizeram até um jornal chamado “Nosotras”.

M- Sim, eu conheci, fiquei sabendo delas, mas eu não me incorporei a esse grupo e o que fizemos foi formar um comitê de mulheres chilenas para dar essência às mulheres presas no Chile, e poder dar apoio às mulheres que estiveram na resistência; e aí começaram a emergir posições feministas, muito fortes, e tivemos grandes discussões, e de imediato, me relacionei com movimentos feministas. E no ano que eu cheguei em Paris, sob as grandes mobilizações sobre a legalização do aborto, e eu participei dessas mobilizações, e foi o ano que se instaurou o aborto. Um governo de...

J- Em 1975?

M- 1975 está o movimento “Hellen Melac” muito forte e muita das pessoas com quem eu trabalhei, no contato de resistência vinham de movimentos feministas ou de grupos revolucionários de 1968, em que muitas mulheres adotaram o feminismo, então essa discussão nós tivemos, e eu tive esta formação de direito, da mulher que formava, mas que comitê, mulheres chilenas entre outras, era uma chilena, era uma das primeiras filósofas chilenas e que tinha estado em Cuba ajudando na formação da escola de sociologia, depois da revolução cubana, e que estava em Paris, coincidentemente, e ela era feminista na França.⁷⁷

Outra entrevista apresenta essa relação dos estudos de gênero e os movimentos feministas durante o exílio, seguem trechos da entrevista de Kemy Oyarzún Vaccaro:

C – E eram mulheres que estavam exiladas também?

K – Não. Havia exiladas, mas também havia norte-americanas feministas. Sim, sim. Havia exiladas, claro. Todas as mulheres chilenas e argentinas, que eram a maioria, eram exiladas.

C – E as americanas feministas eram de que organizações?

K – As dos Estados Unidos eram de movimentos sociais, de partidos políticos de esquerda, de distintas ocupações, de sindicatos, muitas de sindicatos. Eram

⁷⁷ IGLESIAS, 2007; op. Cit., p. 21-22.

sindicatos que eram particularmente [incompreensível] como por exemplo, as professoras, havia muito apoio das professoras.

C – E eram feministas e sindicalistas que estavam...

K – O que acontece é que nos Estados Unidos ser feminista era tão natural como a água. A mulher que tinha o mínimo de consciência política era feminista, lutava pelos direitos, pela igualdade, etc., inclusive muitas não se chamavam feministas. Entende? Mas é como a segunda onda interior como teve aqui. Muitas não se chamavam feministas porque estavam lutando pelos direitos porque já passou uma geração importante que deixou mudança cultural, e nos Estados Unidos a mudança cultural era importante nessa época, então, as que [incompreensível] condições feministas, mas as freiras – havia uma freira que se considerava feminista. (páginas 4 e 5)

O contato que muitas delas tiveram com outros movimentos de mulheres e por consequência movimentos e grupos feministas, fora de seu país de origem, possibilitou a elas uma maior compreensão dos estudos de gênero e também das próprias relações. Interessante ver neste relato de Kemy Oyarzún, quando ela usa a expressão “ser feminista nos Estados Unidos, era tão natural como a água”, interessante pensar nas diferentes relações do próprio feminismo e como muda de um país para o outro. A apropriação destes feminismos também aconteceu e acontece de maneiras diferentes entre os países no Cone Sul, como exemplo Argentina, Brasil e Chile. No livro de Eva Blay “50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile” (2017) ela relata as diferenças vividas por cada país com relação ao feminismo e próprio histórico feminista de cada um deles. De maneira que há muitas diferenças, porém ela levanta algumas semelhanças. Os três países passaram por ditaduras e quase que concomitante um país teve seu início antes do outro, como o caso do Brasil que teve seu golpe em 1964, a Argentina aconteceu em 1966 e o Chile fora o último em 1973, porém a ditadura mais longa dos três foi a brasileira que teve seu término no ano de 1985. Seguem trechos do livro:

No Brasil, na Argentina e no Chile, antes do aprofundamento no debate teórico – essencialismo versus diferença – havia a tarefa urgente de reconquistar a democracia e a ampla cidadania das mulheres. Essa passou a ser uma tarefa primordial, mesmo que não exclusiva, do movimento feminista. Durante o período ditatorial, Brasil, Argentina e Chile priorizaram a luta democrática feminista.⁷⁸

⁷⁸ BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 10.

O artigo de Joana Maria Pedro (2010) “Narrativas do Feminismo em Países do Cone Sul (1960 – 1989)” faz um paralelo entre as diferentes apropriações e repercussões do feminismo do chamado, “segunda onda” nos países do Cone Sul. Entre suas análises ela aponta para as dificuldades encontradas pelas mulheres nos movimentos feministas, pois estavam em plena ditadura e muitos períodos foram de uma severa rigidez e controle social. Era muito difícil conseguir manifestar e lutar por mudanças sociais, sendo que havia total repressão naquele momento. Ou seja, Pedro (2010) destaca o peso que as ditaduras tiveram nesses países com relação às definições do feminismo e as próprias apropriações das mulheres com as discussões de gênero.⁷⁹ Em outra parte do artigo ela aponta algumas das questões que foram destaque nessas apropriações, inclusive ela tenciona para uma disputa de espaços e de diálogos, no sentido de espaços políticos, as questões feministas disputaram espaços entre tantos outros problemas e questões sociais, mas para além das disputas, aconteceram as ressignificações desse feminismo. Para melhor entendermos essa relação, seguem as palavras da autora:

A maneira como as ideias feministas circularam, nos países mencionados, foi, evidentemente, resultado de disputas e apropriações. Disputas, no sentido de questionar o próprio sentido de feminismo, face aos embates políticos e às questões econômicas, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, significou apropriações porque, em cada país, as mulheres adaptaram às suas realidades, às suas culturas e conflitos, as palavras de ordem, os objetivos e o próprio significado de feminismo.⁸⁰

Para encerrar as narrativas sobre as memórias dessas mulheres, antes de entrar na reflexão e nas discussões de gênero, que me propus a fazer neste capítulo, trago outro acontecimento que como já mencionei, tencionarei para coletividade entre elas, que é o retorno do exílio ao Chile na clandestinidade. Esse retorno ao seu país foi relatado por muitas delas, um momento também muito importante. De maneira que para muitas mulheres bastante tempo se passou, e por alguns anos elas ficaram longe de seu país, de suas famílias, de amigos(as) entre muitas outras coisas que deixaram para trás. Ao analisar as entrevistas percebi que este momento do retorno, foi um momento de reencontro, mas não só de reencontrar pessoas queridas, também e, sobretudo, de um reencontro consigo

⁷⁹ PEDRO, WOLFF, 2010; op. Cit., p. 116.

⁸⁰ PEDRO, WOLFF, 2010; op. Cit., p. 116.

mesma. A volta para casa mesmo que seja na clandestinidade, é um momento bastante delicado. E de fato foi para muitas delas um momento de dúvidas e incertezas. Será que é o momento de voltar? O medo de ser pega com documentos falsos, a ansiedade de rever os familiares e amigos(as), entre muitas outras possibilidades. O retorno de alguma maneira não marcou o fim do exílio, pois ele teve que ser feito na clandestinidade, ou seja, elas regressaram ao Chile com identidades falsas, pois muitas ainda não podiam voltar ao país. Foi um retorno um tanto quanto amargo para muitas delas, qualquer deslize poderia resultar em morte. Seguem trechos de uma das entrevistadas no livro de Aránguiz (2007), Arinda conta como foi o seu retorno ao Chile na clandestinidade:

Era la emoción y el susto. Esa emoción de estar en Chile, pero que no puedes demostrarla, no se te puede notar. Y estás pensando al mismo tiempo, cuando llegas a las casetas de la policía: “en cuál me convendrá”. Es un cuento de emociones extremas.⁸¹

Esse retorno foi fundamental para retomar as militâncias e as lutas contra a ditadura. Não que no exílio elas não tivessem acontecido, em absoluto, elas aconteceram, mas de maneiras diferentes. Neste momento mais ou menos por volta das décadas de setenta e oitenta, acontecia no Chile uma inclinação política para uma possível retomada da democracia, mas essa possível retomada parecia, ainda, muito incerta e por isso fazia-se necessário a luta e a cobrança por parte da sociedade do fim da ditadura. Muitas mulheres que estavam envolvidas com o MIR tiveram que regressar na clandestinidade. O MIR estava organizando uma resistência, um ataque à ditadura. Fazia parte de uma operação do movimento o retorno de muitos militantes, eles estavam organizando uma unificação de resistência e para isso eles precisavam de muitos de seus militantes mais preparados, que de certa forma tinham experiências anteriores nas organizações de movimentos e grupos. Por isso que muitas mulheres foram para Cuba para fazer os treinamentos de guerrilha. Justamente fazia parte desse projeto do MIR de regressar ao Chile para uma forte oposição ao governo ditatorial, foi a chamada “Operação Retorno”. Era para elas um novo desafio, regressar ao Chile e por em prática os planos de resistência e confronto armado, se assim

⁸¹ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 143-144.

fosse necessário.⁸² Mas nem todas concordavam com o retorno ao Chile, não naquele momento e naquelas circunstâncias. Foi uma operação muito arriscada, mesmo que a ditadura estivesse em um momento menos “violento”, ou menos rígido em seus controles, ainda assim as Forças Armadas e Pinochet, tinham total domínio da situação. O que fazia com que muitas mulheres temessem esse retorno arriscado. Essa operação do MIR aconteceu no início dos anos oitenta, por volta de 1981, quando os partidos de esquerda se reuniram e entraram no consenso da legitimidade de uma luta armada e uma frente forte de resistência.⁸³

Soledad recuerda el profundo debate que la Operación Retorno produjo entre los/as militantes, muchos/as cuales se oponían a esta política. Cuando empezó esto se desataron nuevos debates en el MIR y hubo quiebres. Hubo gente que desde el comienzo dijo que no, que intelectualmente tenía harta capacidad para demostrar que los análisis que hacía el MIR, la dirección de MIR, eran incorrectos, y que no correspondía volver. En cada país había gente que estaba en desacuerdo, y que de hecho no se vinieron.⁸⁴

Por mais que muitas pessoas se opusessem ao retorno dentro dessa operação, muitas mulheres voltaram ao Chile e fizeram parte da Operação Retorno, Soledad foi uma delas. “Soledad apoyó la política planteada por la dirección del MIR, táctica que generó respeto entre los partidos de izquierda hacia los/as miristas, puesto que al volver se jugaban la vida.”⁸⁵ O tempo em que elas viveram na ilegalidade dentro de seu próprio país, elas relatam ter vivido praticamente para a militância política e tinham que se dividir entre seus sentimentos e suas racionalidades. No artigo “O Gênero da Esquerda em Tempos de Ditadura” da Prf^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff (2010), em um estudo comparado dos países no Cone Sul que enfrentaram períodos ditatoriais, Wolff analisa parte das trajetórias das mulheres durante suas militâncias nos movimentos e partidos de esquerda. Entre suas análises, ela comenta a questão dos filhos durante a passagem de algumas mulheres por Cuba e o retorno ao Chile na clandestinidade. De maneira que muitas tiveram que deixar seus filhos para outras pessoas cuidarem, em Cuba o MIR criou uma espécie de abrigo, onde as crianças filhos e filhas dos e das militantes ficavam, claro que sob os cuidados de pessoas adultas que ficavam responsáveis, enquanto seus pais e mães militavam. Era um

⁸² ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 121.

⁸³ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 120.

⁸⁴ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 121.

⁸⁵ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 122.

nível de exigência tão alto que elas não tinham condições de retomarem suas vidas privadas, mesmo porque estavam usando identidades falsas, em nenhum momento poderiam assumir seus verdadeiros nomes e retomar suas vidas, isso significaria, possivelmente, a morte.⁸⁶

A coletividade existente nos relatos das mulheres chilenas, ao longo desse contexto de ditadura e pós-ditadura, é um elemento chave para perceber as trajetórias delas. Quando fiz uma análise geral das entrevistas em conexões com as bibliografias desse tema, percebi uma ligação forte entre as trajetórias individuais e os movimentos de mulheres. De maneira que os relatos se encontram quando elas mencionam as relações estabelecidas nos movimentos políticos de militância, onde começaram a fazer outras conexões, como as ressignificações das relações de gênero. Contudo, ao passo em que vão se mobilizando nos movimentos e partidos políticos, como, o MIR, elas vão percebendo que naqueles espaços as pautas “feministas” ou de reivindicações de igualdade de gênero, não são tão aceitas e acabam deixadas em segundo plano. É fato que os grupos e as mobilizações de mulheres, começaram muito antes do contexto propriamente estudado e analisado aqui, mas, a mobilização sistemática das mulheres foi acontecendo após suas efetivas inclusões na política e nas organizações dos partidos e movimentos. Partindo desse ponto deu-se um salto à participação das mulheres em mobilizações, mas elas perceberam que não era o bastante. Precisavam organizar-se entre si e mobilizar um maior número de mulheres possível. Desde então foram criando os grupos, os coletivos, as mobilizações de rua, as manifestações feministas, as organizações de apoio à mulher, os grupos de estudo e de trabalho, os grupos de apoio das igrejas organizados pelas mulheres, as organizações das mulheres trabalhadoras. Há uma intensa conscientização dos problemas sociais e das desigualdades de gênero, essa “separação” que elas promoveram, justamente demonstra uma compreensão por parte delas de suas próprias trajetórias e lutas.

Foi durante a ditadura militar, quando, por meio de historiadoras feministas, começamos a conhecer as medidas tomadas por mulheres e quem havia se destacado na formação e condução de organizações e criado correntes de pensamento. Soubemos que desde o fim do século XIX, as mulheres e os grupos

⁸⁶ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 144.

estavam advertindo que algo estava errado na divisão de funções na sociedade e na distribuição de direitos.⁸⁷

Contudo essa conscientização potencializou-se na ditadura a partir dos trabalhos de historiadoras feministas e também lideranças de grupos e movimentos, como argumenta Contreras (2017), pois elas já vinham de um histórico desde o século XIX de luta e mobilização. Sobretudo, porém, o envolvimento com as correntes feministas durante o exílio, as relações hierarquizadas dentro dos partidos chilenos e os problemas sociais que elas enfrentavam em seu país foram as bases para embasar suas lutas dentro dos movimentos de mulheres. No livro “¿Un nuevo silencio feminista? La transformación de un movimiento social en el Chile posdictadura” os autores tencionam as características das militantes feministas chilenas e latino-americanas, as diferenciando das demais feministas do mundo, pelo fato da dupla militância. Seguem trechos do livro:

El estrecho vínculo entre militancia feminista y partidaria es un indicador de otra de las características fundamentales que distingue a las feministas chilenas – y latinoamericanas – de feministas en otras regiones del mundo: su persistente y compleja relación con la izquierda y los ideales socialistas. Las feministas chilenas, tanto las que protagonizaron la reemergencia de un movimiento en décadas pasadas, como las que ingresan al feminismo en los noventa, han estado vinculadas a un tipo de partido político y proyecto ideológico específico, estos son los partidos de izquierda y el proyecto que ellos proponen para la sociedad chilena.⁸⁸

De maneira que as mulheres chilenas tiveram uma relação organizacional predominante em suas trajetórias, tanto nos partidos e movimentos políticos, como também organizaram e articularam movimentos e coletivos de mulheres com pautas feministas.

⁸⁷ CONTRERAS, Sandra Palestro. *Feminismo no Chile: traços de ontem e de hoje*. In: BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: EDUSP, 2017, p. 223

⁸⁸ TOBAR, CATALÁN, CAVIEDES, 2003; op. Cit., p. 233.

2.2: Identidade e gênero: relações de apropriações e teorias.

Neste subcapítulo, reservei um momento para discutir e tencionar o gênero e a identidade. O gênero enquanto uma categoria de análise, como trabalha Scott, na medida em que se compreendem as relações entre mulheres e homens, mas também utilizarei para pensar na percepção das próprias mulheres. De maneira que é necessário entender como elas foram ao longo do tempo reivindicando mais espaços e direitos, e como foram incorporando discursos cada vez mais feministas. Iniciarei essa reflexão fazendo uma breve relação com os processos históricos que envolvem as apropriações das mulheres no Chile com as discussões dessa categoria e, sobretudo a luta por direitos. No caso da identidade, tentarei aos poucos incorporá-la fazendo a correlação entre os dois, mas deixarei um espaço para tentar compreendê-la dentro de suas próprias particularidades.

Não é de hoje que sabemos o quanto as mulheres foram excluídas das esferas públicas e conseqüentemente políticas. No Chile, as mulheres também passaram por lutas de incorporação nas atividades políticas e sociais. Contreras ⁸⁹ (2017) relata um pouco desse histórico da apropriação do gênero e de todo o debate que o envolve. Como e quando aconteceu a primeira “mobilização” ou manifestação de mulheres no país? Ela vai em poucas palavras descrevendo esse processo de assimilação e aproximação das mulheres com essa categoria, sobretudo na esfera política. Em 1875 houve a primeira mobilização política de mulheres no Chile, um grupo de mulheres do povoado de San Felipe inscreveu-se nos registros eleitorais, alegando poder votar de acordo com o que previa a própria constituição do país. A constituição previa o sufrágio aos Chilenos, ou seja, perceberam uma possível brecha nas leis, onde elas também se encaixavam, pois na constituição não estava determinando o sexo! Mas infelizmente elas não puderam votar naquelas eleições, foram banidas junto com os “dementes”, os empregados domésticos, os que respondiam algum crime e os condenados por falência fraudulenta. ⁹⁰ Na sequência cronológica, segue a luta das mulheres por mudanças, também no nível educacional, quando as professoras e duas diretoras, Isabel Le Brun e Antonia Tarragó, desobedeceram as “ordens” sociais e

⁸⁹ CONTRERAS, 2017; op. Cit.

⁹⁰ CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 220.

matricularam alunas na universidade. De maneira que os estudos universitários eram destinados apenas aos homens e em 1877 aconteceu uma mudança. O Ministério da Educação no Chile, “percebeu” a injustiça e decretou a permissão para as mulheres terem acesso ao ensino universitário. E o interessante é que o decreto ficou conhecido pelo sobrenome do ministro (Decreto Amunátegui).⁹¹ Não seria mais justo o decreto levar os nomes das diretoras e/ou das professoras?

As organizações femininas ganharam mais força no século XX, foram surgindo grupos e coletivos de mulheres que reivindicavam não só melhorias, mas também discutiam suas posições dentro de uma análise de gênero e começou a aparecer debates feministas e anticlericais.⁹² De alguma maneira as mulheres estavam começando a compreender a complexidade das desigualdades de gênero e foram se articulando em movimentos para evidenciar os problemas e reivindicar mudanças. A partir daí começaram a aparecer mais grupos de mulheres e foram fortalecendo suas reivindicações, que cada vez mais passaram a criticar essas estruturas sociais patriarcais e lutaram por mais direitos iguais entre homens e mulheres. As pautas não eram apenas melhorias, era muito mais complexo o que elas cobravam, elas perceberam as desigualdades em suas fórmulas mais perversas e foram construindo meios de enfrentar o patriarcado. Foi no ano de 1944 que elas se articularam e participaram na “Federación de Instituciones Femeninas de Chile” (FECHIF) e por consequência conquistaram os direitos políticos no ano de 1949.⁹³ Ainda, seguindo as trajetórias de lutas das pioneiras chilenas que conquistaram mudanças no país, temos a participação política de duas mulheres que se candidataram às eleições. Isso nas primeiras eleições com os votos das mulheres. Foram eleitas as mulheres: Inés Enríquez, como deputada e María de La Cruz, como senadora. Após muitos anos de luta pelas mulheres para se incorporarem e participarem ativamente nas esferas públicas e políticas, uma desarticulação aconteceu e fragmentou parte dos coletivos. Justamente quando elas conquistam o direito ao voto e quando de fato elas ingressam nos partidos políticos, ainda numa parcela bem menor com relação aos homens, se configurou uma esfera de

⁹¹ CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 220.

⁹² CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 220.

⁹³ CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 220.

“comodismo” entre elas, como se agora muito dos problemas tivessem sido resolvidos, para Julieta Kirkwood era o “silêncio feminista”.

Nos governos que se sucederam, nas décadas de 60 e 70, muitos avanços foram sendo conquistados, mas dentro de uma limitada percepção patriarcal das desigualdades entre homens e mulheres. Elas ainda eram muito cobradas nos espaços privados, de seus lares e os cuidados com os filhos e maridos. Nos anos do governo de Salvador Allende (1970 – 1973) criou-se a secretaria Nacional da Mulher, a pretensão era de criar um Ministério da Família, mas não foi concretizado. O então presidente Allende aspirava uma maior participação das mulheres chilenas na política e essa secretaria tinha o véis de justamente viabilizar essa inserção. Sua ideia era que, a própria Secretaria Nacional da Mulher fosse um órgão de promoção de projetos e serviços destinados à elas. A revolução ao socialismo pela via democrática, que Allende e os partidos de esquerda promoveram no país, ou tentaram fazer, foi de uma aprendizagem significativa para as mulheres. Elas que também participaram e foram bastante atuantes nesse processo. Muitas acreditavam que aconteceriam mudanças profundas e radicais na sociedade, principalmente com relação às desigualdades de gênero. Na realidade as mudanças significativas e efetivas como elas esperavam e lutavam, não aconteceu, resultando num certo desanimo em algumas das militantes.

Durante a ditadura militar no país, sabe-se das dificuldades por elas encontradas. Claro que foi muito mais difícil articular e mobilizar as mulheres em meio a um regime tão repressivo e violento. Mas, como vimos no início deste capítulo, as mulheres enfrentaram diferentes momentos, foram presas, torturadas, exiladas entre muitas outras situações extremas. Na medida em que elas iam vivendo momentos de violência e desarticulação, ao mesmo tempo conseguiram desenvolver outras variadas formas de coletividade entre elas. Como foi o caso dos grupos desenvolvidos nas prisões e as resistências fora do país, durante o exílio. Uma coisa é preciso ser mencionada, assim como destacou Sandra Palestro Contreras no capítulo “Feminismo no Chile: traços de ontem e de hoje” que está no livro das organizadoras Eva Blay e Lúcia Avelar “50 Anos De Feminismo: Argentina, Brasil e Chile” (2017) em suas análises, as mulheres estavam tão habituadas com a exclusão que não tinham nenhum sentido de pertencimento de algum lugar. Foram

sistematicamente excluídas das esferas públicas e de uma história oficial, ao passo que para elas isso não lhes parecia uma afronta, ou uma ausência, pois não tinham um lugar que pudessem perder, “é a ausência que nem sequer pode ser detectada como ausência porque nem o seu lugar vazio se encontra em alguma parte”.⁹⁴

Posteriormente elas compreenderam a gravidade do não reconhecimento de seus lugares, suas próprias identidades estavam ausentes. Essa reflexão só foi possível depois de muita luta e também conhecimento das correntes feministas. A isso elas mesmas dão parte dos créditos às historiadoras feministas que apontaram as ausências na História Oficial do país e começaram a voltar nestes períodos, na tentativa de resgatar falas e memórias das mulheres, que por muito tempo permaneceram esquecidas. Como reivindicar um lugar que não existe e que por muito tempo lhes foi negado? O fim da ditadura chegou, e muitas lutas, somaram em suas trajetórias, por mais que as políticas ainda continuassem as excluí-las uma coisa havia mudado, suas compreensões.

Entretanto, foi uma revolução particular, um lampejo de propostas, que certamente já começou e que continuará sendo construída, que abriu um caminho de questionamento aos padrões da cultura capitalista e patriarcal, à sua lógica de dominação e discriminações.⁹⁵

Para muitas mulheres, as cobranças com relação à militância foram extremamente radicais. No sentido em que muitas tiveram que escolher, entre suas militâncias políticas e as lutas por igualdade de gênero. O próprio MIR fez isso com suas mulheres militantes e dirigentes, na realidade para as mulheres que chegaram a ser dirigentes no MIR, o nível de cobrança era quase absurdo, pois elas não tinham muitas escolhas. Tinham que viver intensamente para as pautas “puramente” políticas de resistência do movimento. Contudo as construções ou reconstruções da identidade e as apropriações de gênero, foram se complicando cada vez mais. Ao mesmo tempo em que se encaminhava para um término da ditadura, as pressões e as mobilizações iam se acirrando e se tornava cada vez mais difícil “escolher” qual das militâncias e pautas era mais significativa e importante para elas. Aránguiz trabalha muito bem em seu livro essa dualidade imposta às mulheres miristas. Não era uma escolha, na realidade era uma imposição e ao mesmo tempo em que o MIR levantava a luta pela revolução e um movimento de transformação social, ele reproduzia as

⁹⁴ CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 223.

⁹⁵ CONTRERAS, 2017; op. Cit., p. 224.

mesmas estruturas que criticava e combatia. O que acontecia no MIR era que, era um movimento marxista e acreditava na extinção da propriedade privada e da família burguesa. De maneira que o movimento reconhecia as desigualdades de gênero, porém acreditavam que a luta deveria ser contra o capitalismo e conseqüentemente, os demais problemas seriam progressivamente solucionados, ou seja, as pautas com as reivindicações das mulheres eram completamente secundárias na visão deles.⁹⁶ Mais uma vez o patriarcado dominando, mesmo nos espaços de mais liberdade e abertura política, que eram os partidos e movimentos de esquerda, cujas pautas sempre foram em defesa das minorias e dos marginalizados. O que se torna uma grande contradição da própria esquerda. O tempo todo elas questionavam-se sobre suas próprias identidades e atuações. Seguem trechos do livro:

Esta escisión las hizo sentir fragmentadas y presionadas a optar por una de sus identidades: ¿Eran mujeres antes que miristas, o viceversa? Era difícil negar el género, pero al mismo tiempo parecía superfluo anteponer los problemas femeninos a la lucha de clases. [...] ¿Había tiempo en medio de tanta muerte para reflexionar sobre la especificidad de las mujeres?⁹⁷

Feitas as críticas aos problemas estruturados no MIR, é preciso mencionar que mesmo esse movimento sendo um espaço da esquerda política no Chile e reproduzindo por muitas vezes os problemas das desigualdades entre homens e mulheres, ainda assim, foi um espaço de diálogos e rupturas. É preciso evidenciar algumas brechas que as mulheres conseguiram estabelecer dentro dele, não só no MIR, como em muitos outros partidos e movimentos de esquerda. Essas brechas as possibilitaram de, alguma maneira, modificar algumas estruturas, a própria estrutura bem rígida do patriarcado na esfera política foi bastante alterada durante a ditadura e também na redemocratização. Nesses momentos de exceção social e política as minorias são importantes, explico-me melhor: em alguns momentos históricos nas sociedades, quando se experimenta por algum motivo um estado de exceção, seja pela ditadura, por regimes autoritários, guerras entre outros, acontece que, a participação política se amplia para aqueles e aquelas que normalmente são excluídos. De

⁹⁶ PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). Resistência, gênero e feminismo contra as ditaduras no cone sul. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011, p. 152.

⁹⁷ ARÁNGUIZ, 2017; op. Cit., p. 270-271.

maneira que nestes momentos é necessário juntar e organizar todas as forças possíveis.⁹⁸ As mulheres souberam oportunizar estes momentos e criaram em meio às dificuldades, rupturas dentro dessas estruturas, conseguiram espaços e dialogaram reivindicando suas pautas de mais igualdade, elas mesmas definiram soluções e alternativas para outros caminhos fora dos tradicionais que as reprimem. Um bom exemplo para isso é pensar na mudança que elas conquistaram da lógica, público/masculino e privado/feminino. De alguma maneira elas conseguiram romper em partes com isso, pois ocuparam espaços considerados de homens e em contrapartida, muitas deixaram os espaços “femininos” seus lares, suas famílias e foram combater, militar, enfim, lutar pelo o que elas acreditavam. Há uma ruptura nesse sentido, aconteceu essa quebra nas relações de poderes, não totalmente, mas ocorreu uma pequena transformação que mexeu com algumas estruturas sociais.

Infelizmente a redemocratização trouxe para a cena os atores tradicionais da política. Apesar de já ter trabalhado no primeiro capítulo desta monografia, sobre a atuação das mulheres na retomada da democracia e toda a sua importância nesse processo, mas ao final daquele capítulo encerrei justamente refletindo sobre o retrocesso social e político devido às alianças políticas/partidárias e o velho patriarcado que retornou, tomando novas roupagens. Não quero tornar-me repetitiva, mas é preciso mostrar os avanços conquistados, e ir na contra mão das estagnações, que parecem sempre rodear os debates de gênero e as desigualdades. Digo isso justamente do meu próprio lugar de fala. Há momentos em que presenciamos avanços em direitos e há outros terríveis momentos, nos quais presenciamos um tremendo retrocesso, onde por muitas vezes voltamos a questionar coisas básicas, que pelo menos pareciam estar superadas. São os espaços e as lutas de poderes, é a esquerda e à direita, homens e mulheres enfim, são os constantes conflitos que emergem e os problemas sociais mais estruturados e que por vezes voltam com novas facetas, para destorcer as verdadeiras raízes do problema e ofuscar seus objetivos.

As mulheres que militaram durante a ditadura, foram extremamente cobradas pelo papel tradicional de mãe e esposa. Aránguiz (2007) comenta que, as três mulheres miristas que ela entrevistou, todas ficaram entre as cobranças de ser mãe e ser militante. Muitas delas tiveram filhos, mas nenhuma das três correspondeu à maternidade “tradicional”. A

⁹⁸ ARÁNGUIZ, 2017; op. Cit., p. 271.

mesma maternidade que lhes era empurrada muitas vezes a contra gosto, e como elas mesmas acreditavam que deveriam ser, antes de militarem, antes também de terem contato com as discussões de gênero e as correntes feministas.⁹⁹

Essas padronizações comportamentais entre homens e mulheres, Scott tenciona como uma relação do poder político com a representatividade do Estado-nação e as apropriações de gênero, ou melhor, é uma manutenção e manipulação de relações de gênero simplistas que buscam as chamadas “relações naturais” entre homens e mulheres.¹⁰⁰ Nesse sentido em cada momento da história, a política se valeu dos estudos de gênero para definir padrões e comportamentos de acordo com seus próprios interesses. São espaços onde existe uma constante relação de poder e nessas relações, as diferenças de gêneros encaixam-se à medida que legitimam as hierarquias construídas. Definir padrões comportamentais, sexuais e sociais faz parte da manutenção da relação binária, o homem sempre em oposição à mulher ou vice versa. Essas relações foram chamadas de “relações naturais”, ou seja, transformaram o binarismo em algo inato ao ser humano. Assim se torna bem mais difícil questionar e, sobretudo modificar uma estrutura, onde não está bem definida sua origem ou causas, “simplesmente” é algo dado, posto desde sempre. Muitos regimes repressivos e autoritários recorrem a essas definições de gênero, justamente para estabelecer uma relação entre homens e mulheres, onde as últimas são submissas aos primeiros e conseqüentemente impõem uma hierarquia masculina, principalmente nas esferas públicas, onde por séculos elas estiveram ausentes, mas muito importante ressaltar, essa ausência só existe na História Oficial, porque na realidade ela nunca existiu. As mulheres sempre estiveram presentes na política, seja em qualquer contexto histórico em alguma escala menor ou maior elas estavam e estarão lá.

As políticas públicas dos Estados-nação adotam e aplicam um mecanismo ideológico, onde utilizam conceitos, como o gênero de maneira totalmente errônea e equivocada. Eles naturalizam e simplificam os mais complexos conceitos e teorias, tudo isso serve para dar um suporte nas definições das relações, seja em todas as esferas, umas mais, outras menos, todas são em algum grau atingidas. De maneira que os Estados e os

⁹⁹ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 235-236.

¹⁰⁰ SCOTT, Joan. “Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.” Educação e Realidade. 20(2), jul-dez, 1995, p. 91.

poderes políticos exercem significativamente a manutenção dessas padronizações comportamentais e, sobretudo de identidades. As interpretações dos mais complexos conceitos modificam-se de acordo com suas intenções, valer-se deles faz parte das relações de poder.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.¹⁰¹

A complexa relação entre poderes, políticos, sociais e culturais estabelecem identidades já moldadas e prontas. Essas identidades sempre estão diretamente ligadas ao gênero/sexo, ou seja, existe uma heteronormatização comportamental e, sobretudo identitária. Os homens heterossexuais dominam com a maior superioridade a cadeia social e tudo que não se encaixa dentro desse conjunto de comportamentos e desejos, torna-se o oposto dele e conseqüentemente inferior. As mulheres estão nessa esfera subalterna da pirâmide social, e não só elas, todos e todas que não se identificam com essa “masculinidade padronizada e heteronormativa”. Mas o que eu quero tencionar neste momento são as construções e padronizações das identidades e o quanto elas estão ligadas diretamente ao gênero e ao desejo sexual. Butler questiona essas relações, ela argumenta, quando expõe que, “a matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidades’ não possam ‘existir’”.¹⁰² Neste caso, meu argumento dialoga com os questionamentos que Butler formulou acerca da identidade relacionada ao gênero. As mulheres têm suas identidades enquanto mulheres, já pré-estabelecidas e bem definidas, lógico que dentro dos padrões sociais e culturais do patriarcado, contudo, essa identidade/gênero foi direcionada para as esferas do privado e por conseqüência, elas tiveram que ir construindo suas “novas” identidades e ressignificando, com todas as negações das masculinidades impostas a elas. Claro que Butler vai muito além do binarismo homem e mulher, sua discussão envolve justamente o questionamento dessa correspondência da identidade com o sexo e com o gênero. Como se

¹⁰¹ SCOTT, 1995; op. Cit., p. 92.

¹⁰² BUTLER, 2003; op. Cit., p. 39.

todos e todas que não se encaixam nessa correlação não teriam identidades, ou sofrem em tentar construí-las nesse mundo tão heteronormatizador.

Não existe uma única identidade e tampouco as identidades estão ligadas somente ao sexo e ao gênero, por mais que haja imposição de uma construção histórica social, o agrupamento desses complexos conceitos e o reducionismo das relações identitárias levam-nos a perceber as relações de poder que se constroem através dessas padronizações e normatizações. Partindo da premissa que já existe uma marginalização “natural” para mulheres, quando cruzamos com os testemunhos dessas mulheres chilenas, onde elas mesmas relatam não terem sido muito essa mulher “desejável”, a mãe, a esposa, percebemos uma potencial exclusão social. Não que elas não tiveram essas relações matrimoniais e maternas, de fato quase todas se casaram e tiveram filhos, mas as especificidades dessas relações se dão justamente na contramão da padronização do comportamento considerado “feminino”, sobretudo, foi escolha delas, terem filhos e se casarem.

En este contexto cultural en que la maternidad es eje primordial en la existencia de la gran mayoría de mujeres y en al ámbito de lo femenino, es comprensible que estas tres mujeres a pesar del compromiso político y las condiciones adversas en que se encontraron, no estuvieron dispuestas a desechar o posponer la decisión de ser mujeres, y en cambio adaptaran la vivencia de este rol al contexto que les tocó, a pesar de que éste era radicalmente opuesto a lo que habían aprendido culturalmente sobre una maternidad tradicional.¹⁰³

A complexidade da identidade é quase que inacabável e inesgotável, que perpassa todas as esferas do ser humano e talvez nunca consigamos alcançar um nível de compreensão passível de uma avaliação. As identificações permeiam as nossas relações o tempo todo, seja entre homens e mulheres, seja nas esferas públicas e privadas, na política ou em casa. A identidade está o tempo todo em construção, nunca para de se modificar e alterar-se conforme as mudanças e as relações entre as pessoas. Por fim não é meu objetivo traçar uma linha que resulte de certa maneira numa homogeneidade entre as mulheres que utilizo como fontes. Em absoluto, justamente o movimento é contrário, pensar que cada uma teve e tem uma experiência diferente e, principalmente cada uma estabeleceu diversas relações e conexões, entre si, entre os movimentos, entre as teorias feministas, entre os

¹⁰³ ARÁNGUIZ, 2007; op. Cit., p. 236.

grupos de mulheres, entre as relações privadas com suas famílias, o contexto social, cultural e muitas outras infinitas especificidades que potencializaram e potencializam as mudanças entre elas. Não existe uma única identidade, existem diferentes identidades que por vezes se entrecruzam e/ou se reconhecem, mas sempre são “as identidades” e elas que vão muito além do corpo, do sexo, do desejo sexual e do gênero. Estão relacionadas com todas essas categorias, mas infinitamente são tão complexas que não podemos dizer em que medida uma é mais ou menos importante, ou a pessoa se constitui mais de uma ou de outra. A minha intenção nessa discussão, foi perceber e evidenciar essas relações e como as disputas de poderes se respaldam nessas categorias para criar padrões desejáveis de pessoas.

CONCLUSÃO

Por muito tempo olhou-se para os grupos marginalizados a partir de uma ótica da vitimização, como se todos esses grupos e pessoas estivessem simplesmente passivos a uma ação externa, muito maior do que qualquer reação e responsabilidade que se possa ter. Nesse sentido ao examinar muitas das entrevistas que utilizei nesta pesquisa, deparei-me com essa questão da vitimização. A reconstrução das memórias que por algum tempo estiveram marginalizadas, também foi alvo de manipulação. A tentativa de silenciar as mulheres, afastando do cenário político e social a nuvem de crimes que assombrou o período que compreendeu a ditadura militar no Chile, fez com que, por um tempo se deixasse de lado todas as lembranças, mas não conseguiu distanciá-las para sempre. Contudo a vitimização também faz parte da negação de ação. Como se as mulheres, de marginalizadas passassem a ser as vítimas em potencial, e com isso passassem despercebidas ou quase irrelevantes, todas as suas trajetórias de luta e atuação de mobilização, organização e resistência. Destacou-se aos meus olhos o primeiro fator de vítimas, mulheres, a ideia do sexo frágil. Em contraposição ao homem um ser “naturalmente” forte; se torna quase que evidente essa relação hierarquizada, a construção dessa hierarquização. Contreras (2017) questiona essa fragilidade em seu subcapítulo “Ditadura civil-militar (1973 – 1989). O lema das mulheres: democracia no país e em casa” Seguem trechos:

Onde estava o “sexo frágil” quando cuidávamos da manutenção da família, do apoio aos presos políticos e da luta contra a ditadura? Onde estava a “delicadeza” quando estávamos tão ferozes nas brigas de rua? Onde estava a “passividade” quando irrompíamos com múltiplas formas criativas para nos organizar e mobilizar? Onde estava o ser para os outros quando nos apaixonávamos pela descoberta dos nossos corpos, da nossa sexualidade, dos nossos prazeres?¹⁰⁴

Claro que aqui nesta análise cabe ressaltar que são dois fatores que se entrecruzam e potencializam a exclusão e marginalização vivida por elas, o que resultou em parte numa posterior vitimização. Os dois fatores a que me refiro são, o gênero, já exposto e analisado, mas que se intersecciona com outro, são mulheres da esquerda política, não são de mulheres da direita política que estamos falando. Dos vinte testemunhos que pesquisei,

¹⁰⁴ CONTRERAS, op. Cit., p. 223.

todas as mulheres em maior ou menor grau são de esquerda, prato cheio para oposição. Claro que as mulheres militantes já estavam em desvantagem, mesmo que a via democrática chilena para o socialismo por algum tempo tenha prevalecido, quando o golpe se consolidou os avanços retrocederam e aí voltou com força a imposição imperialista e capitalista. Aránguiz (2007) utiliza essas reflexões para pensar a dominação de uma razão hegemônica na sociedade chilena, se por um tempo as mulheres militantes eram vistas como desertoras e foram banidas de seu país; em outro momento, já na redemocratização, se tencionou o olhar para a vitimização delas. Justamente a autora aponta as problemáticas de analisarmos por esse viés. Quando vitimizamos as mulheres militantes, deixamos de perceber todas as lutas, trabalhos e rupturas que elas conquistaram. Ao final do subcapítulo 1.2 mencionei a importância das mobilizações e dos grupos de mulheres para o retorno da democracia. Elas trabalharam, mobilizaram um número significativo de pessoas, de mulheres, e foram às ruas, chamaram a atenção da mídia, mostraram suas pautas e reivindicações. Todo esse movimento partiu das mulheres e de suas organizações. “Estas prácticas son la manifestación concreta de que estas militantes sobrepasaron con creces el mudo papel de víctimas, optando por asumirse como sujetas activas transformadoras de la razón hegemónica”¹⁰⁵. A vitimização que Aranguiz trabalha é no sentido das análises posteriores, de maneira que ao escrever sobre as mulheres miristas, e pesquisar suas trajetórias, a autora levanta as limitações desse olhar, mas ela aponta, porém, a problemática da negação às vítimas. As mulheres desse período analisado sofreram sim e foram vítimas da ditadura, isso não é o que está se questionando, a questão que ela colocou é de não interpretamos todas as suas trajetórias como vítimas. Segue mais um trecho do livro da Aránguiz:

Si el sufrimiento de las víctimas ha pretendido mantenerse en los márgenes de las memorias emblemáticas aceptables, más clandestinizados aún están los proyectos divergentes al hegemónico que se intentaron borrar mediante tanta represión. [...]Una de las peculiaridades de la amnesia que la sociedad civil asumió para no exponerse a un nuevo golpe de Estado, es el aislamiento de las víctimas, más aún de aquellas que no se han sometido a tan escueto concepto.¹⁰⁶

¹⁰⁵ ARÁNGUIZ, op. Cit., p. 37.

¹⁰⁶ ARÁNGUIZ, op. Cit., p. 36-40.

Contudo minha intenção aqui não é negar o sofrimento e todas as lutas por elas experimentadas, mas mudar o olhar sob o qual essas trajetórias são analisadas e pensadas. É preciso empoderar e compreender suas posições de lutas, perceber também para além dos direitos violados e olhar para as conquistas. Percebo aqui a evidência da negação do agente passivo e submisso, no qual iniciei esta análise.

Inclinei minhas últimas reflexões desta monografia para a coletividade entre as mulheres militantes, as conscientizações de lutas e as discussões de gênero. Já mencionei, contudo, em outros momentos essa coletividade, mas dedicarei aqui brevemente minha reflexão, concluindo que, o elemento organizacional e coletivo no qual elas estabeleceram e conseqüentemente foram criando redes de apoio e alternativas para combater e reivindicar suas pautas, foi de uma importância significativa em suas trajetórias de lutas. À proporção que esses grupos e movimentos alcançaram expressa a força da coletividade conquistada ao longo das décadas de mobilização.

O projeto político de esquecimento na pós-ditadura imprimiu, num primeiro momento, um certo silenciamento das lembranças, porém, por muito pouco tempo. Ao passo em que as mulheres iam se articulando cada vez mais, potencializaram-se suas memórias e trajetórias de luta. A coletividade entre elas legitimou as lutas individuais e fortaleceu os testemunhos. Nesse sentido, quando uma mulher conta sua trajetória é algo importante, mas quando várias mulheres começam a contar suas trajetórias e essas por muitas vezes se entrecruzam nas lembranças, a potência dessas narrativas escapa ao campo limitado do indivíduo e emerge numa imposição da memória coletiva. O projeto de um esquecimento nunca aconteceu de fato, pois elas nunca deixaram esquecer. Houve, no entanto, um período no qual não era oportuno para elas, contarem suas lembranças e experiências da ditadura, mas as lembranças continuaram sempre lá, como diz Paul Ricoeur na memória individual, configurando os rastros psíquicos e mnésicos, que as mulheres fizeram questão de jamais apagar.

Durante essa pesquisa, enquanto escrevia a minha narrativa, deparei-me com as notícias que saíam nas mídias das mobilizações e protestos no Chile no final do mês de outubro deste ano. Pesquisei um pouco sobre os acontecimentos no Chile para tentar fazer um paralelo com o meu trabalho. Os noticiários me chamaram bastante a atenção, pois

estive no Chile três meses antes dos protestos e, justamente nesse momento em que estudo e escrevo uma monografia dedicada ao país e às trajetórias das mulheres militantes, deparo-me com essa situação. Não teria como não fazer um diálogo com o meu trabalho, justamente porque pesquisei grupos de mulheres e os movimentos políticos e feministas no Chile durante, e pós-ditadura militar. Ao ler os noticiários, em específico o “El País Internacional” e a “BBC News Brasil” percebi que o estopim dos protestos foi o aumento das tarifas de metrô, contudo foi a gota d’água para os chilenos irem as ruas e manifestarem seus descontentamentos com as políticas públicas. O país encontra-se com problemas de desigualdades sociais e um grande empobrecimento da população. Muitos dos serviços públicos e estatais foram privatizados nos anos de ditadura, e o que se acreditava ser benéfico para a economia chilena, ocasionou ao longo prazo uma precariedade social nas camadas mais pobres. Com um acúmulo de insatisfações, a população, em sua grande maioria, tomou as ruas do país e reivindica reformas sociais e econômicas urgentes. No primeiro capítulo mais precisamente o primeiro subcapítulo dediquei-me a falar das políticas implementadas pela ditadura de Pinochet e uma delas, senão a maior, era o Neoliberalismo. E assim quando leio os noticiários sobre os protestos no Chile, todos eles traziam as problemáticas das desigualdades sociais enfrentadas pelos chilenos e que são frutos das políticas Pinochetistas desde as décadas de 1973, quando se instaura a ditadura militar no país. Muitos jornais notificaram que foi a maior manifestação vista no Chile até o momento. Para finalizar este paralelo, trago o questionamento das continuidades e rupturas da ditadura militar. Em algum momento desta monografia questionei sobre isso e agora encerro minhas reflexões trazendo novamente essa indagação. Quais os elementos políticos, sociais, culturais e econômicos da ditadura militar que permanecem até hoje no Chile? Se analisar cada setor mencionado dentro de suas especificidades, encontraria diversos elementos presentes na atualidade que são frutos da política de Pinochet, mas atentarei apenas para um. Os usos das forças militares no país parecem continuar exercendo uma ação coerciva sob a sociedade. O presidente Sebastián Piñera em decisão política questionável convocou as forças armadas para assumir o controle das manifestações, ocorridas principalmente nas ruas da capital Santiago. Este tipo de intervenção militar não ocorria desde o período da ditadura e demonstra uma falha na ação do estado ao não

identificar os reais motivos dos protestos e concentrar-se primeiramente apenas em manter a ordem pública. Na realidade essa última questão é passível de muitas discussões, pois até que ponto o Estado desconhece os problemas sociais? Não seria papel dele identificar e administrar tais problemas. Parece-me que essa relação, Estado e Forças Armadas nunca deixou de coexistir nas políticas de controle social.

Para encerrar minha conclusão, aponto algumas das dificuldades e limites que encontrei durante a pesquisa, e as contribuições que acredito ter feito com este trabalho para futuras narrativas e mais aprofundamento nesses estudos sobre mulheres e grupos no Chile. As dificuldades e os limites foram mais no sentido de compreender e tentar esboçar uma relação das mulheres com as discussões teóricas da identidade e com certeza ainda é algo que abriu mais questionamentos para mim do que mesmo respostas prontas e ideias acabadas. Por mais que tenha sido feito um paralelo com a identidade, ainda assim é muito complexo, deixarei para me dedicar a esta pesquisa em futuros trabalhos acadêmicos e projetos. A categoria gênero também foi um desafio bastante prazeroso de pesquisar, como mencionei na introdução, faz pouco tempo que me dedico a este campo de estudos, desde 2017 procurei compreender os debates e as discussões de gênero e feminismo dentro da Universidade. Acredito ter contribuído no sentido de pensar e relacionar os diferentes momentos vividos por essas mulheres com relação às suas memórias. Um aspecto importante dessa relação é o não deixar esquecer as atrocidades da ditadura indo além, de maneira que as mulheres chilenas, não “esquecerem” suas memórias e lutaram contra esse projeto de esquecimento reafirmando suas trajetórias. Elas denunciaram, mostraram, apontaram os agentes dessa trama política. Acredito que nesse sentido minha pesquisa tenha contribuído com o debate dessa complexa relação de poder e disputas de falas, espaços e memórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína & Ferreira, Marieta (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FVG, 2006.
- ARÁNGUIZ, Tamara Vidaurrázaga. *Mujeres en rojo y negro: memoria de tres mujeres miristas 1971-1990*: Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda y Soledad Aránguiz. Buenos Aires: Ediciones América Libre, 2007. 326 p.
- BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o caos: A derrubada de Salvador Allende 1970-1973*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BLAY, AVELAR; Eva Alterman, Lúcia. *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: EDUSP, 2017.
- BRESCIANI; NAXARA, Stella; Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2001.
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CAMARGO, Cássio Michel dos Santos. ALVES, Rafael Souza. *Ditadura, repressão e música no Chile. Oficina do Historiador*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.3, n.2, agosto-2011, 1-14.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DINGES, John. *Os anos de Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DORFMAN, Ariel. *O longo Adeus a Pinochet*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivo das Mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de arpilleras como instrumento de resistência das populações atingidas. Projeto de pesquisa: Costurar histórias, bordar resistências: os impactos das barragens em Arpilleras (CNPq)*. 1-15.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

- GARCÉS; MILOS; PINTO; ROJAS; URRUTIA, M.; P.; M.; J.; M. T.; M. *Memoria para un nuevo siglo: Chile, miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago: LOM, 2000.
- GODINHO, Paula Fonseca. Inês e BAÍA, João, (Coords.), (2014), *Resistência e/y Memória - Perspectivas Ibero-Americanas*. Lisboa: IHC-FCSH/UNL.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HAROCHE, Claudine. *Elementos para uma antropologia política do ressentimento: laços emocionais e processos políticos*. In: Stella Bresciani; Márcia Naxara (orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. São Paulo: Editora Unicamp, 2009. p. 333-346.
- JANZ, Woitowicz, K. PEDRO, Maria J. *O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: Conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo*. *Espaço Plural X* (21): 43-55.
- JELIN, Elizabeth. *Do que hablamos quando hablamos de memoria*. In. JELIN, Elizabeth. *Trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002. P. 17-37.
- LE GOFF, Jacques. *Memória. História e memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992. p. 423-483.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo. v(10). Dezembro de 1993.
- OBERTI, Alejandra. *Contarse a sí mismas. La dimensión biográfica en los relatos de mujeres que participaron en las organizaciones político-militares de los '70*. In: CARNOVALE, Vera; LORENZ, Federico y PITTALUGA, Roberto (comps.). *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: CeDInCI Editores, 2006, pp. 45-62.
- PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. *História* [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98.
- PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina Scheibe (Org.). *Gênero, feminismo e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria (Org.). *Resistência, gênero e feminismo contra as ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Sao Paulo: Editoria contexto, 2019.

- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- RAGO, Margareth. *A AVENTURA DE CONTAR-SE: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- RICOEUR, Paul. "Fase documental: a memória arquivada". In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- RÍOS, Marcela Tobar. *Socialización política y acción colectiva: organizaciones de pobladores em Chile (1973-1993)*, Tesis para optar al grado de Maestría en Ciencias Sociales, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México, 1994.
- SANTOS, Talita Lima dos. *Mulheres chilenas e a ditadura de Pinochet: O reconhecimento da violência política marcada pela questão de gênero*. 2017. 55 f. Monografia – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
- SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. 20(2), jul-dez, 1995, p. 71-99.
- SCOTT, Joan W. *Gênero e historia*. México: UACM, 2008.
- SEIXAS, Jacy Alvez de. *Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márcia. *Memória e (Res)Sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2004. p.37-58.
- SILVA, Êça Pereira Da Silva. *Araucaria de Chile: (1978-1990): A intelectualidade chilena no exílio*. 1ª Ed. São Paulo, 2013.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *Identidade e diferença*. Petrópolis: 2000, Vozes,
- TOBAR; CATALÁN; CAVIEDES. Marcela R.; Lorena G., Elizabeth G. *¿Un nuevo silencio feminista? : La transformacion de um movimiento social em el Chile posdictadura*. Santiago: Cuarto Propio, 2003.
- TODOROV, Tzvetan. *Los Abusos de La Organizaciones de mujeres; Feminismo*. Entrevista concedida a Gabriela M. Marques. LEGH, MEMCH, p. 24, 03, xx, *Memoria*. Buenos Aires, Paídos, 2000.